

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
ANA LAURA REIS RANGEL

**OS IMPACTOS DOS DIFERENTES GOVERNOS NA VIDA DOS
TRABALHADORES FABRIS: DE LULA A BOLSONARO**

TAUBATÉ-SP
2020

ANA LAURA REIS RANGEL

**OS IMPACTOS DOS DIFERENTES GOVERNOS NA VIDA DOS
TRABALHADORES FABRIS: DE LULA A BOLSONARO**

Trabalho de Graduação apresentado para a obtenção do Título de Bacharel pelo curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Prof^a Ms. Juliana Alves Barbosa.

**TAUBATÉ-SP
2020**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

R196i Rangel, Anal Laura Reis

Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores
fabris : de Lula a Bolsonaro / Ana Laura Reis Rangel. -- 2020.

82 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Serviço Social, 2020.

Orientação: Profa. Ma. Juliana Alves Barbosa, Departamento
de Serviço Social.

1. Bem-estar social. 2. Política social. 3. Relações trabalhistas –
Brasil. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Serviço
Social. Curso de Serviço Social. II. Título.

CDD – 331

ANA LAURA REIS RANGEL
OS IMPACTOS DOS DIFERENTES GOVERNOS NA VIDA DOS
TRABALHADORES FABRIS: DE LULA A BOLSONARO

Trabalho de Graduação apresentado para a obtenção do Título de Bacharel pelo curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Prof^a Ms. Juliana Alves Barbosa.

Data: 30 de novembro de 2020

Resultado: APROVADO

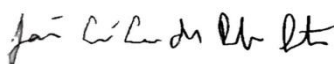
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Ms. Juliana Alves Barbosa – Orientadora
Universidade de Taubaté



Prof^a Dr^a Lindamar Alves Faermann – Convidada
Universidade de Taubaté



Prof. João Luís Lemos de Paula Santos – Convidado
Universidade de São Paulo

Dedico o presente trabalho à todas as pessoas que pertencem à classe trabalhadora, em especial a minha avó, Maria Ignácia: mulher, trabalhadora, forte e admirável. Mãe Inácia, você é meu sopro de inspiração e sabedoria, por todos os dias de minha vida.

AGRADECIMENTO

Como tudo em minha vida, agradeço primeiramente a Deus, por todas as conquistas que tive até agora, especialmente desde o momento em que ingressei nesta faculdade.

À minha adorável professora e orientadora Juliana Alves Barbosa, por todos os apontamentos, contribuições, pelo cuidado, paciência, dedicação e companheirismo que foram essenciais durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho. E as demais professoras e assistentes sociais que fizeram parte da minha trajetória acadêmica: Lindamar, Michele, Elisa e Mônica, que desde o início foram, e continuarão sendo, exemplos profissionais e pessoais para mim.

Às Neides: Francine, Magda, Mariana, Larissa e Isabela que formaram comigo nesses quatro anos uma família. Agradeço a vocês por se tornarem o meu maior presente e força durante esses anos, me sinto realizada e vitoriosa por ter conquistado a amizade de mulheres tão preciosas quanto vocês, e sei que isso é pra sempre.

Às minhas supervisoras de estágio Arina e Fernanda, que se tornaram grandes amigas e companheiras de luta. Obrigada por todo apoio, força, acolhimento, cuidado e aprendizados, vocês também somaram na minha formação profissional e pessoal.

Às minhas melhores amigas Heloize e Julia por todos os anos de parceria, irmandade, força, conversas e crescimento, vocês são partes indispensáveis nessa minha conquista. Nós três estamos construindo uma linda história juntas, sempre envolvendo muito amor e respeito, e eu tenho muito orgulho do que nos tornamos. Obrigada por me manter no lugar e por sempre cuidar de mim.

E à parte mais importante de mim, meus pais André, Graça e Maria de Fátima, aos meus irmãos André, Victória, Rita e Julia por serem a base de tudo. E toda a minha família por me amar e me apoiar em todos os aspectos de minha vida, desde sempre e para sempre.

O Trabalhador

Seis horas da manhã você acorda.

Pula da cama, se alonga pra lá e pra cá

Como se estivesse dando corda

Pra começar a funcionar logo.

Diz a voz animada da rádio:

“Mas, você, trabalhador! Você é um sonhador!

E o sonho, o sonho, ele é perturbador.

Mas tudo é possível com muito trabalho.

Neste dia de chuva, não esqueça então

Do guarda-chuva, nem do agasalho.

E mãos à obra. Trabalhar com paixão.”

Você vai correndo pra cozinha preparar seu café.

Engole-o acompanhado de um pão com mortadela

Enquanto vê o nascer do dia pela janela,

Acreditando que seu dia será bom. Tenha fé!

No canal de notícias:

“A indústria automotiva cortou cinco mil vagas

no primeiro semestre deste ano... Em todo o país

são milhões os desempregados... Conheça a raiz

de todo o mal em instantes... Os operadores de

telemarketing são uma das categorias mais mal pagas...

“A vida está ficando cada vez mais cara nas capitais...

A inflação ascendente diminui o poder aquisitivo...

Tudo indica que o saldo da balança comercial vai ser negativo...

Dona Maria reclama do preço do pão no mercado...

A situação não é favorável, o cenário é complicado...

A população pena, o cidadão já não aguenta mais!

Depois você lava o rosto e escova o dente.

Troca de roupa, arruma a cama.

Mais uma olhada no espelho.

Nada de fama, nada de grana.

Só mais um dia duro pela frente.

E a voz da rádio continua dizendo:

“É preciso mesmo muita coragem e ousadia.

E para os trabalhadores eu tenho um conselho...”

Mas você desliga em tempo o aparelho

E vai viver mais um dia...

Só mais um dia...

(Pharaela)

RESUMO

Esta pesquisa analisa as mudanças na condição de vida dos trabalhadores, utilizando um recorte sobre o trabalhador fabril, durante os diferentes governos, no período de Lula a Bolsonaro. Utilizamos para o desenvolvimento deste trabalho a abordagem qualitativa, o que possibilitou um entendimento mais amplo sobre o tema abordado, levando em consideração todas as suas dimensões e particularidades. Além da pesquisa bibliográfica, realizamos entrevistas semi-estruturadas, as quais permitiram aos entrevistados uma maior liberdade em suas respostas. As entrevistas foram aplicadas a três convidados: dois trabalhadores fabris aposentados, e uma assistente social atuante no setor fabril. O trabalho demonstra bem o desenvolvimento de cada governo, levando em conta o que foi ou não prioridade para os mesmos, e como isso reflete na vida da classe trabalhadora, em diferentes aspectos: como a questão do desemprego, condições de trabalho ou no bem-estar social de cada um deles. Foi possível observar durante a produção da pesquisa como houve as mudanças de cada governo, um avanço do neoliberalismo e o aumento dos desmontes de políticas públicas, expondo como estes fatores contribuem para a precarização do trabalho no Brasil. Por meio da pesquisa ficou constatado a relevância da união da classe trabalhadora, e de uma visão crítica por parte dos profissionais do Serviço Social na luta por conquistar, recuperar e manter os seus direitos.

Palavras-chave: Bem-estar social. Políticas sociais. União Trabalhista.

ABSTRACT

This work analyzes the changes in the workers' living conditions, focusing on the case of factory workers, under different presidents, covering the period from Luiz Inácio Lula da Silva to Jair Bolsonaro. Developing this study a qualitative approach was employed, enabling a broader understanding of the addressed topic, considering the dimension and all particularities of the subject. In addition to bibliographic research, semi-structured interviews were conducted, aiming for greater freedom in the responses. The interviews were conducted with three guests: two retired factory workers, and a social assistant working in the manufacturing sector. This work demonstrates well the development under each government, taking into account what would be considered a priority for each of them, and how it reflects in the life of the working class in different aspects, such as: the issue of unemployment, working conditions or general well-being. During the development of this research, it was possible to observe how the changes of government brought an advance of neoliberalism and a progressive dismantling of public policies, exposing how these factors contribute to the precariousness of the workers in Brazil. This research ratify the relevance of the working class union, and the importance a critical view from the Social assistance professionals in the struggle to acquire, recover and maintain their rights.

Keywords: Social well-being. Social policies. Labor union.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO GOVERNO LULA: A REALIDADE VIVENCIADA PELOS TRABALHADORES.....	20
3 A TRAJETÓRIA DO EMPREGO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA CLASSE TRABALHADORA.....	34
4 SERVIÇO SOCIAL E A MÁ CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES: A REALIDADE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A – QUESTÕES ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES FABRIS.....	78
APÊNDICE B – QUESTÕES ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL.....	79
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	80
ANEXO B – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO.....	82

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para a elaboração do presente Trabalho de Graduação teve o objetivo de estudar quais os impactos ocorridos na vida dos trabalhadores fabris do Vale do Paraíba, diante das mudanças no estado de bem-estar social nos governos de Lula a Bolsonaro.

O interesse sobre o tema surgiu primeiramente pela vontade de expor como os direitos conquistados pela classe trabalhadora estão sendo sucateados conforme cada eleição e mudança presidencial. Acreditamos que uma parcela do motivo de estarmos agora com um presidente de extrema direita¹ no poder, se dá pela falta de consciência política da população brasileira, por isso reforçamos a importância de expor para esses trabalhadores, como a qualidade de vida, não só deles, mas de toda classe trabalhadora, tende a cair quando se tem na presidência um líder que apoia pautas neoliberais, que visa acabar com os sindicatos, promover (contra)reformas, criminalizar movimentos sociais, entre outras medidas que calam cada vez mais a voz do proletário diante de situações de injustiças.

As reflexões e o desenvolvimento do presente Trabalho de Graduação foram baseados pela perspectiva teórica marxista, tendo como pano de fundo as lutas da classe trabalhadora, e a relação desigual entre empregador e empregado imposta pela hegemonia capitalista que endurece ainda mais na atual conjuntura. De acordo com Marx e Engels:

A história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e artífice, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, outras aberta, uma luta que acabou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta. (MARX; ENGELS, 1988, p. 62)

Partimos do princípio que a condição de vida e o bem-estar da classe trabalhadora estão respaldados não só pela relação capital X trabalho acirrada pelo neoliberalismo, mas também pelos diferentes modos de governar, segundo os perfis de cada líder político.

Sendo assim, ao tomar a importância das políticas sociais junto ao bem-estar da classe trabalhadora, entendemos quão lesivo é para o trabalhador o sucateamento das mesmas diante das mudanças ocorridas nos últimos anos primordialmente.

1 Recebe a classificação de extrema direita toda manifestação humana que possua orientação considerada exageradamente conservadora, elitista, exclusivista e que alimente ainda noções preconceituosas contra indivíduos e culturas diferentes das de seu próprio grupo (SANTIAGO, [s.d.], grifo nosso).

Entretanto, compreendemos que as políticas sociais desde seus primórdios são marcadas por correlação de forças, pois se fez necessário o surgimento das mesmas com o objetivo de mediar os diferentes tipos de interesses quando houve e/ou há divergência entre as necessidades da classe social dominante – a burguesia –, e a dominada, a classe trabalhadora. Dessa forma, as políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força (PIANA, 2009, p. 23).

Sabemos que os direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros são feitos através de muita luta e organização de classe. A história trabalhista do povo brasileiro é marcada por diferentes fases, preconceitos e exploração.

Começando pelos dois diferentes povos que foram escravizados em nosso país, inicialmente os índios, sendo eles os difusores injustiçados do preconceito, até hoje propagado por alguns, como povo preguiçoso. E pelos negros, os quais foram escravizados por mais de 300 anos aqui no Brasil, e sofrem até hoje, após cem anos da abolição, os resultados desse longo e desumano período de exploração. Sobre os longos anos de um povo escravizado e seus reflexos, cabe elucidar: O Brasil foi marcado durante quatro séculos pela escravidão. Com isso, o país não contava com qualquer forma de legislação social, uma vez que a exploração absoluta era a relação entre trabalhadores e proprietários (PINHO; BEZERRA, 2017, p. 1).

A partir da década de 30, com o aumento da classe operária brasileira, da organização e da luta por direitos diante do sistema de produção capitalista, o Estado começa a agir de forma mais dura nas relações trabalhistas, com o objetivo de controlar e frear as organizações sindicais que começavam a surgir na época com suas reivindicações de direitos. Foi durante a Era Vargas (1930 – 1945) que houve no Brasil, naquele momento com uma classe trabalhadora mais unida e organizada, as primeiras conquistas trabalhistas. Foi durante o mandato de Getúlio Vargas que surgiram: o Ministério do Trabalho, o salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, as férias remuneradas, e descanso semanal, e em 1943 a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT.

Além de ter na época um governante populista, o Brasil passava por um momento de aumento da industrialização, onde a organização desses trabalhadores se fez necessária para a conquista de importantes direitos trabalhistas utilizados até os dias de hoje. Sobre a consolidação da CLT:

Em 01 de maio de 1943 através do Decreto Nº 5.452, ocorre a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que aglomera as leis esparsas sobre o trabalho existentes desde o Estado Novo e regulava o trabalho

urbano e rural. A CLT tinha como princípio três questões básicas: os direitos do trabalhador, a organização sindical e a justiça do trabalho. A CLT também regulamentou o trabalho da mulher e o infantil. (PINHO; BEZERRA, 2017, p. 3)

Após o suicídio de Getúlio Vargas (1954), Juscelino Kubitschek torna-se presidente do Brasil, prometendo desenvolver cinquenta anos em cinco, com o pensamento de que quanto mais riqueza o país produzisse, menor seria a desigualdade social dele. A cidade de Brasília foi construída e passou a ser a capital brasileira durante o seu mandato, em seu Plano de Metas, Juscelino Kubitschek tinha como objetivo o crescimento econômico do Brasil, focando no desenvolvimento das indústrias. Seu período como presidente ficou conhecido pelo desenvolvimento interno, porém deixou muitas dívidas.

De Juscelino até o início da Ditadura o Brasil passou por um período de instabilidade política e econômica, com intervenção do Estado sem grandes resultados; no que se refere as políticas sociais estas seguiam a lógica corporativista e fragmentada (BEHRINGG; BOSCHETTI, 2011).

O período de Ditadura Militar (1964 – 1985) foi um momento marcante na história do Brasil, onde os militares governaram, conhecido por alguns como um momento de desenvolvimento econômico, porém não podemos considerar como Welfare State, pois paralelamente é compreendido como um período triste, regado de perseguições políticas, censuras, torturas, desaparecimentos, ataque a democracia, resistência e luta. O golpe militar teve início em 1 de abril de 1964 e seu fim apenas em 15 de março de 1985, somando assim 21 anos de Ditadura Militar no Brasil, os quais deixaram marcas profundas na sociedade brasileira.

Para finalizar esse breve histórico sobre as lutas e conquistas trabalhistas no Brasil, é relevante citar a crise global que aconteceu em 1970 e suas consequências para a classe trabalhadora. O aumento no preço do petróleo, bem como o fim dos anos gloriosos² nos países centrais desencadeou em uma crise global, a qual a estagnação econômica dos capitalistas teve reflexo direto nos direitos já conquistados pela classe trabalhadora.

A ascensão das ideias neoliberais aconteceu de maneira muito rápida, levando em conta a perda de força do estado de bem-estar social e suas políticas, que não conseguiam mais responder às exigências da população e os ataques neoliberais, e começaram a ser taxados como insuficientes e atrasados. Mesmo no Brasil, após anos de luta e mobilização para o fim da ditadura e conquistas de direitos, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as ideias neoliberais vieram

2 Período histórico após a Segunda Guerra Mundial, entre 1945 a 1975, de grande crescimento econômico dos países desenvolvidos. Conjuntura de grande crescimento industrial, tecnológico, agrícola, setor terciário, e extração de petróleo (FERNANDES, 2013, p. 1).

com força dando início ao que Bochetti e Behing (2011) chama de CONTRA-REFORMA.

Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.147)

Portanto, com o enfraquecimento das políticas públicas frente ao crescimento das ideias neoliberais, tornou-se mais fácil e recorrente a exploração da classe trabalhadora, com o objetivo de compensar a perda de lucro dos grandes capitalistas que vinha acontecendo durante essa crise. No Brasil, a partir dos anos 90, os resultados dessa crescente chegam em forma de privatização, precarização de empregos, e falta de investimentos em fundo público e desenvolvimento de políticas sociais de caráter satisfatório para a classe trabalhadora. Sobre a tendência da burguesia em satisfazer apenas os seus interesses, Mauri diz:

Quem ganha com as modificações que foram propostas são os capitalistas hegemônicos pelo capital financeiro, com a abertura de mercado para a previdência privada e a manutenção dos lucros derivados do sistema da dívida pública. (SILVA, 2019, p. 227)

Imbuídos dessas premissas, é possível, percebermos como não só o modo de produção, mas principalmente o governo que está no poder, interfere no desenvolvimento de políticas sociais, pois notamos que, há maneiras de conduzir o sistema de formas menos deletérias aos trabalhadores³. Nesta perspectiva, quando temos no poder um governo de extrema direita, e com ideias neoliberais, o reflexo de seus interesses será direto na população pobre e na classe trabalhadora, pois o investimento e apoio para o políticas públicas serão os menores possíveis, afetando então no bem-estar de toda população dependente do bom funcionamento e desenvolvimento de políticas sociais que satisfaçam os seus interesses e suas necessidades como cidadãos. Para ilustrar a relação entre o governo vigente e a precarização das políticas sociais, cabe citar o seguinte trecho:

Há uma inversão do desejo. Lutas sociais que outrora alargaram o papel do Estado, promovendo a redistribuição da renda socialmente produzida, sobretudo nos dois últimos decênios, retroagem, e alguns setores do sindicalismo entregam-se aos fascínios da promessa dos fundos de investimento, aceitando trocar PS pública pela previdência privada. A práxis

3 Salientamos que, embora menos deletérias as classes subalternas, não há um rompimento com o capitalismo, por isso acreditamos na necessidade de lutas coletivas e no apoio as políticas públicas universais a fim de assolar o Estado mínimo e alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, e até alcançar um novo modo/sistema de direcionar a sociedade.

política é reflexo da estrutura do mercado de trabalho, hoje marcado por insuportáveis níveis de desemprego. (LOURENÇO; LACAZ; GOULART, 2017, p. 470)

Essa conexão entre governo e desenvolvimento de políticas sociais foi extremamente importante para a elaboração do presente Trabalho de Graduação, e por isso foi abordado de maneira mais detalhada e densa durante a escrita do mesmo. Cotando com uma análise mais profunda sobre o andamento das políticas sociais e os reflexos delas na vida e bem-estar dos trabalhadores, especificamente aqui os trabalhadores fabris, desde o governo Lula até o atual governo de Bolsonaro.

A relação do tema escolhido com o Serviço Social é direta, pois a busca de garantia pelos direitos desses trabalhadores está diretamente ligada com a prática do Serviço Social, já que este possui como cerne de atuação as expressões da questão social expandidas desde a crise de 1970 e a ascensão do neoliberalismo. Foi necessário fazer análise sobre quais direitos eles tinham acesso, quais eles foram perdendo com as mudanças dos governos, e, finalmente, quais deles ainda sobraram com a ascensão de um governo que é de extrema direita, armado de repletas práticas neoliberais e o apoio de constantes sucateamentos da qualidade vida da classe trabalhadora para a manutenção do capital.

Pode ser explorado nesse trabalho de graduação o compromisso do Serviço Social com a transformação da ordem social, transformação essa que, quando envolve a esfera econômica, sempre reflete de maneira mais nociva na classe trabalhadora e nos pobres. Assim, o assistente social busca no seu fazer profissional, e valendo das políticas sociais existentes, além de outras estratégias de intervenção do profissional, contribuir para que a classe trabalhadora acesse seus direitos, contribuindo desse modo para melhorar a sua condição de vida.

O recorte feito no tema em relação aos trabalhadores fabris do Vale do Paraíba se fez necessário, pois a classe trabalhadora é muito ampla para se estudar em um Trabalho de Graduação. Além disso, o Vale é uma região muito forte quando se trata de fábricas e multinacionais. Para corroborar essa afirmação:

Cabe destacar que as grandes cidades concentram as empresas de maior porte e que a relação entre número de estabelecimentos e número de operários, em São José dos Campos, é, em média, de 59,08% de operários por fábricas, maior que em Taubaté (38,52%). (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 169)

Portanto, a pesquisa tornou-se relevante ao demonstrar que, dependendo do governo que está no poder e as correntes ideológicas que segue, o mesmo país pode fornecer diferentes condições de vida ao seu povo, principalmente a classe

trabalhadora. Além disso, acreditamos que os resultados apresentados na presente pesquisa demonstraram a importância que tem uma população com consciência de classe. Quando a classe trabalhadora se unir, percebendo que seus direitos podem estar sendo sucateados, e assim buscarem juntos mais direitos e boas condições trabalhistas, renasce a esperança de uma possível resistência contra governos que atendem apenas os ideais da burguesia, ou até mesmo contra o sistema econômico imposto.

Por ser um tema parcialmente inédito, as pesquisas bibliográficas utilizadas foram, em sua maioria, notícias e artigos publicados até o momento sobre assuntos ligados ao objeto de estudo. Além de leis, o código de ética do assistente social, a Constituição Federal, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ao se desenvolver uma pesquisa no campo das Ciências Sociais é imprescindível ter o conhecimento da realidade, para além do que está aparente, precisamos sair da imediatividade e alcançar o essencial, para tanto devemos considerar que a mesma está em constante mudança, em movimento, o qual segundo Marx chamou de dialética. Para Marx (1989, p. 409), a sociedade estará sempre desenvolvendo novas determinações ao longo do tempo, e por esse motivo, durante o desenvolvimento da pesquisa, se fez necessário analisar qual é a realidade do momento em que ele foi feito.

Para a realização desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, pois esta proporcionou o alcance dos objetivos estipulados no presente trabalho.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2012, p. 80)

O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, contendo perguntas abertas, onde os entrevistados tiveram mais liberdade para apresentar diferentes ideias e observações sobre as perguntas que foram estruturadas anteriormente. Segundo Marsiglia se utiliza de uma entrevista semi-estruturada quando:

Para pesquisas que usam entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida, depoimentos, artigos, documentos, filmes, cartazes, desenhos etc. Esses tipos de instrumentos de pesquisa permitem revelar sentimentos, valores ou concepções mais profundas dos entrevistados do que os questionários e formulários, que no geral, obtêm informações mais superficiais, opiniões mais estereotipadas e racionalizadas. (MARSIGLIA, 2013, p. 14)

A teoria utilizada se baseia na perspectiva teórica marxista. Com o intuito de compreender o objeto de estudo para além do que é aparente, buscando sua essência e realidade, e não o analisar de uma forma individualista, e sim como trabalhadores pertencentes de uma sociedade.

São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 1986)

No que se refere ao cenário de estudo e população alvo, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas com dois trabalhadores fabris, sendo esses trabalhadores prestadores de serviços e já aposentados, do Vale do Paraíba, e uma assistente social que também atua no ramo fabril. O motivo da escolha desse local se deu por ser uma região com grande número de indústrias, além de ser o local onde a pesquisadora reside, facilitando desse modo a locomoção e o acesso aos participantes.

Entre os trabalhadores escolhidos para fornecer a entrevista, um é ativo (prestador de serviços) e outro já aposentado de fábricas do ramo metalúrgico, e a profissional do Serviço Social atuante de uma indústria aeronáutica. Esses trabalhadores são moradores dos municípios de Guaratinguetá – SP, São José dos Campos – SP e Caçapava - SP.

Evidenciamos que, os trabalhadores fabris que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa através da entrevista, fazem parte do ciclo social da pesquisadora, sendo assim, ambos aceitaram de forma solícita fazer parte desta pesquisa. A profissional do Serviço Social foi indicada pela supervisora de estágio da pesquisadora, a mesma deu algumas aulas para a supervisora em seu período de formação, e o contato foi feito com a mesma através do *WhatsApp*, onde o convite para participar do Trabalho de Graduação também foi aceito.

Diante disso, ao refletir sobre as os objetivos propostos para o desenvolvimento de uma boa pesquisa, a pesquisadora acredita que não houve perfil melhor para fornecer informações de experiências concretas sobre as mudanças ocorridas na vida dos trabalhadores fabris nesse processo de mudanças de governos ao longo desses anos, além dos próprios trabalhadores. Ao que se refere aos desafios do serviço social frente ao tema, a escolha de uma assistente social que atua na linha frente desse cenário, foi extremamente necessária e enriquecedor para expor o olhar profissional.

Inicialmente as entrevistas seriam agendadas e gravadas em um aparelho celular, nos locais combinados com cada entrevistado. Porém, devido a pandemia do COVID-19, foi preciso pensar em um segundo plano. Estávamos vivendo um momento onde o distanciamento social eram extremamente necessário, e por esse motivo foi necessário o uso de outras ferramentas, como chamadas por meio do *WhatsApp* com todos os entrevistados, ressaltando que foram gravadas apenas o áudio dos entrevistados, por esse motivo não houve a necessidade de uso do termo para o uso da imagem dos mesmos.

Os dois trabalhadores fabris seguiram as perguntas abertas e fechadas do APÊNDICE A, e a profissional do Serviço Social as perguntas do APÊNDICE B. A entrevista seguiu as regras sobre o sigilo durante 5 anos, conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho da ética em Pesquisa com Seres Humanos-resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, além de recolher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com todos os participantes, presente no ANEXO A.

Após a coleta de dados, todas as informações fornecidas foram transcritas, e, a partir disso, selecionadas para a utilização no desenvolvimento da pesquisa. Utilizando o processo de triangulação para desenvolver essa análise, foi possível, através da entrevista, compreender a realidade dos entrevistados de forma mais profunda e diversificada, levando em consideração o contexto social em que cada um vive, e utilizando da bagagem teórica da pesquisadora para analisar todas as informações obtidas durante a entrevista e com as respostas.

Neste sentido a defesa de uma pesquisa firmada na triangulação prevê os diversos ângulos de análise, as diversas necessidades de recortes e ângulos para que a visão não seja limitada e o resultado não seja restrito a uma perspectiva. (TUZZO; BRAGA, 2016, p. 141)

Desta forma o trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro dando enfoque nas políticas públicas desenvolvidas durante o governo Lula, contanto com a contribuição dos trabalhadores entrevistados para expor a realidade vivenciada por eles. O segundo capítulo faz uma análise da trajetória dos níveis de desemprego no Brasil, iniciando pelo governo Lula, Dilma, Temer, e terminando no atual governo de Bolsonaro. Este segundo capítulo também conta com a visão dos trabalhadores fabris que vivenciaram ou que ainda vivem esses períodos de altos e baixos níveis de desemprego. O terceiro e último capítulo conta com a importante participação da assistente social entrevistada, que trabalha no setor fabril, e que contribuiu para que fosse feita uma análise sobre como a má condição de vida da classe trabalhadora, neste caso do trabalhador fabril, afeta na prática profissional do Serviço Social. E por

fim, termino o presente trabalho com as considerações finais expondo quais conclusões e objetivos foram alcançados durante o desenvolvimento o mesmo.

Salientamos que os entrevistados serão identificados como Luiz Antônio, Miguel, e Maria Ignácia, sendo que os dois primeiros nomes foram escolhidos por se tratarem de importantes sindicalistas brasileiros, e o terceiro foi escolhido por se tratar de uma figura pertencente ao ciclo pessoal da pesquisadora que é exemplo e inspiração.

2 O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO GOVERNO LULA: A REALIDADE VIVENCIADA PELOS TRABALHADORES

Abordaremos neste primeiro capítulo o desenvolvimento das políticas públicas durante o governo Lula, e como isso afetou, seja positiva ou negativamente, na vida dos trabalhadores fabris. A análise será feita através da utilização de materiais bibliográficos, e experiências reais vivenciadas pelos participantes da pesquisa aplicada para o desenvolvimento do presente trabalho de graduação.

A princípio, se faz necessário um breve histórico destacando como presidente Lula, principal figura deste capítulo, chegou ao seu primeiro mandato como presidente do Brasil, para que assim seja possível entender qual era o cenário político do país no momento em que ele foi eleito.

Lula se candidatou a presidência três vezes antes de finalmente se tornar presidente do Brasil. Nas eleições de 1989, 1994, e 1998 Lula perde a disputa para concorrentes de partidos que não eram considerados de esquerda. Em sua campanha

eleitoral para as eleições de 2002, o candidato aposta em se desvincular da imagem de sindicalista radical e agressivo:

Mas, em 2002, a imagem do Lula radical, agressivo, crítico, negativo, destrutivo, intransigente deu lugar à imagem do Lula light de discurso moderado; o Lulinha paz e amor; Lula, o negociador; Lula encarnando a esperança (de mudança) contra o medo (da mudança). (GOMES, 2006, p. 3)

Sendo assim, em outubro de 2002, houve no Brasil mais uma eleição presidencial, o qual foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Como citado anteriormente, a primeira disputa a presidência de Lula foi em 1989, nessa ele perdeu no segundo turno para Fernando Collor de Mello (PRN), a segunda disputa, em 1994, ficou atrás de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e a terceira, já em 1998, Lula fica mais uma vez atrás de Fernando Henrique. Diferente do que aconteceram nas últimas três vezes em que se candidatou a presidência da república, no ano de 2002, disputando o segundo turno contra José Serra (PSDB), Luiz Inácio finalmente é eleito presidente do Brasil:

O petista Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República com larga vantagem. Lula recebeu 61,3% dos votos, depois de apuradas 99,5% das urnas. O seu oponente, o tucano José Serra, ficou com 38,7, % dos votos. (BBC News Brasil, 2002)

Antecedendo o governo petista, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), já em seu primeiro mandato, em 1995, começou a enfrentar crises. Externamente, as crises do México, Rússia, Ásia, e Argentina tiveram impacto direto no cenário político brasileiro. E internamente, a grande dívida pública, o aumento do desemprego, a má distribuição de renda, e a desvalorização cambial, em 1999, também dificultou o governo de Fernando Henrique, aumentando a insatisfação popular junto ao atual presidente:

Estabelece-se, assim, um círculo vicioso, em que a queda do consumo contribui para o aumento do desemprego. Para piorar o quadro, o risco de que a inflação volte de maneira descontrolada e a necessidade de atrair o capital financeiro internacional devem impedir o governo de diminuir as taxas de juros (é o que se prevê ao menos no primeiro semestre), o que onera a produção. O percentual de desvalorização do real, o nível das taxas de juros e, muito importante, o grau da crise de credibilidade que o governo enfrenta é que devem, todos somados, definir o tamanho da recessão no ano que vem e, por consequência direta, o número de desempregados. (TOLEDO, 1999)

Em um momento pós crise, com uma dívida pública muito grande, e altos níveis de desemprego, advindos do governo anterior um representante verdadeiramente e

pertencente do povo, era tudo o que boa parte dos brasileiros buscavam naquela época para renovar as esperanças de uma possível mudança:

A eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, à Presidência da República, depois de três tentativas anteriores, representou uma mudança de caráter paradigmático no panorama social, econômico e político brasileiro, e também a confirmação de que a sociedade nacional deu enormes passos no sentido da consolidação democrática de seu sistema político e do estabelecimento de um quase consenso, emergente nas várias camadas da população, em torno da necessidade de uma transformação radical nas estruturas sociais da desigualdade e da injustiça que sempre marcaram essa mesma sociedade. De fato, pode-se dizer que a palavra-chave que guiou o candidato Luiz Inácio Lula da Silva em sua campanha e que se transformou em um dos princípios inspiradores de seu governo, iniciado em 1º de janeiro de 2003, é o conceito de mudança. (ALMEIDA, 2003, p. 87)

“LULA É PRESIDENTE: petista é o primeiro governante de esquerda eleito do país.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002), essa foi a manchete do Jornal Folha de São Paulo após a vitória de Lula em 2002, ele surgiu e foi eleito carregando consigo a imagem do trabalhador, do homem do povo, o líder sindicalista. Para além disso, ele apostou na proposta de um “novo modelo econômico” para superar a crise que o país vinha enfrentando desde o governo anterior:

A crise que o nosso país atravessa não deixa dúvida: o atual modelo econômico está esgotado. Somos um país cada vez mais endividado, e cada vez menos produtivo. Ou seremos capazes de produzir mais, de fazer crescer a renda do povo, fortalecendo a nossa economia, ou continuaremos andando para trás. (LULA, 2002, Informação Verbal⁴)

Para os sindicalistas e trabalhadores fabris, Lula já era um líder antes mesmo de se tornar presidente. A sua atuação como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos era forte e inspiradora para os trabalhadores daquela época, seus discursos por todo país, e organização trabalhista em busca de melhorias para seus iguais, ajudavam a reforçar a sua imagem de representante da classe trabalhadora. Para seguir com essa análise, cabe aqui inserir aqui a resposta de um dos entrevistados, quando questionado se “A união trabalhista que reivindicava direitos para os trabalhadores teve alguma mudança durante os anos?”

Sim, mudou muito. Porque na época que eu tava trabalhando, eu participei bastante do sindicato dos metalúrgicos, e na época nós tínhamos o Lula como uma referência pra nós, era um norte. E todo sindicado, tanto as federações, quanto o sindicato mesmo, se norteavam pelo Lula, porque ele era uma pessoa que tava sempre buscando por direitos, orientando o sindicato, e era bom. A gente conseguia enfrentar o patronato com consciência, então era muito

4 Trecho retirado da Propaganda Eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002.

importante pra gente nessa época. Hoje não acredito mais que tenham essa consciência que tinha antes. Eu acredito, opinião minha, que quando o Lula ganhou pra presidente, o sindicato já começou a perder, porque daí o Lula já não era o sindicalista radical mesmo, ele já começou a participar de política também, então o sindicato começou a enfraquecer já nessa época. O Lula manteve muita coisa no governo dele, mas já começou a perder, porque ele fazia muita concessão política, e nessa o sindicato foi enfraquecendo, já começou aí a enfraquecer o sindicato. (NETO, 2020, grifo nosso⁵)

Analisando esta resposta é possível observar como o entrevistado não ficou satisfeito com as concessões feitas pelo presidente Lula na época, a imagem do sindicalista radical foi apagada para que fosse possível ganhar os votos daqueles que estavam indecisos, porém, era justamente esse sindicalista radical que os trabalhadores fabris buscavam em um presidente.

É interessante observar a diferença da visão deste entrevistado sobre Lula presidente e Lula sindicalista, fica aparente que com a mudança de Lula para a presidência, o setor fabril ficou carente de um representante que passasse aos trabalhadores a segurança para reivindicar os seus direitos. Em 1978 Lula, até então ainda sindicalista, em uma entrevista comentou sobre a importância das greves para os trabalhadores do seu setor:

Veja como são as coisas: nessa relação empregado-patrão, a única arma que torna a classe trabalhadora verdadeiramente respeitada pelo patrão é a greve. Eu não tenho dúvidas de que, se os trabalhadores estivessem bem preparados para fazer greve, bem preparados mesmo, com comandos dentro das empresas, os patrões dificilmente iam pagar para ver. O que proponho nos próximos três anos não é incentivar os trabalhadores a fazerem greve, mas prepará-los para entenderem o que é fazer greve. (LULA, 1978)

Já outro entrevistado relata o seguinte:

Teve. O Sindicato era o seguinte, na época eles iam até a fábrica e faziam reunião com a gente, e se alguém tinha alguma coisa que não tava de acordo, entrava em contato com um cara que trabalhava na fábrica e que era o representante do Sindicato, então ele ia lá e conversava com o presidente do Sindicato. O presidente era o representante mais importante, porque era ele que falava com o patrão, e na maioria das vezes resolvia. Hoje ainda funciona do mesmo jeito, mas não tem na fábrica nenhum representante do Sindicato, porque tem que ter uma quantidade certa de gente, que não tá tendo no momento. Eles fazem parte do Sindicato, mas não tem uma pessoa que responda por eles lá dentro, quando eles precisam reclamar de

5 Luiz Antônio de Medeiros Neto é o nome do homem que fundou a Força Sindical. “Comprometido com a organização dos trabalhadores em nível nacional, em 1991, com sindicalistas de todo país, fundamos a Força Sindical para combater o desemprego, o arrocho salarial e lutar por melhores condições de trabalho.” (NETO, 2020)

alguma coisa, eles mesmo se resolvem lá quem vai falar com o presidente do Sindicato. (ROSSETO⁶, 2020, grifo nosso)

Este entrevistado relata como funcionava o sindicato antigamente, no período do governo Lula, onde ele demonstra que a organização era boa, e que na maioria das vezes surtia efeito. Porém, atualmente ele deixa claro como não há um representante legal do Sindicato na fábrica, e tudo que deve ser resolvido e reivindicado acontece de forma independente. Essa resposta nos leva a refletir o porquê do Sindicato ter perdido tanto a sua força ao longo dos anos a ponto de perder participantes e deixar algumas fábricas sem representantes, e uma possibilidade de resposta para isso, pode ser a do motivo do descontentamento do entrevistado anterior, a falta que de representatividade e força que o Lula sindicalista trazia aos trabalhadores do setor.

Para além disso, uma matéria de 2019 mostra como a contribuição sindical caiu exageradamente em um ano. Segundo o jornal Estadão, são dois os motivos dessa queda: uma medida provisória que vinha dificultando o pagamento da contribuição para os sindicatos, e o medo que os sindicalistas têm da baixa arrecadação.

Sindicatos de trabalhadores e de patrões tiveram os recursos drenados pelo fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, como era esperado. Dados oficiais mostram que em 2018, primeiro ano cheio da reforma trabalhista, a arrecadação do imposto caiu quase 90%, de R\$ 3,64 bilhões em 2017 para R\$ 500 milhões no ano passado. A tendência é que o valor seja ainda menor neste ano. (ESTADÃO, 2019)

Diante do exposto, mesmo com a vitória em 2002, e parte da população apresentando satisfação em ter um representante da classe trabalhadora no poder, havia desconfiança de uma parcela, que não se encaixava no grupo de sindicalista ou trabalhadores fabris. O desconforto dessa parte da população em relação a um homem que era presidente do Sindicato ainda era grande, além do mais, seu partido de esquerda também influenciava parte desta rejeição, ainda que, como foi citado anteriormente, Lula tenha feito um trabalho para se desvincular dessa imagem radical que foi posta a ele.

Por esse motivo, nos primeiros dois anos de mandato do presidente Lula, sua estratégia social de governo ainda era uma incógnita, tanto para a classe trabalhadora, quanto para empregadores, pois ambos esperavam que Lula fosse um representante ferrenho dos interesses da classe trabalhadora. Sobre esse período cabe elucidar:

6 Miguel Soldatelli Rosseto. "Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Pólo Petroquímico de Triunfo por duas gestões, entre 1986 e 1992. Foi integrante da Executiva Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio Grande do Sul, exercendo a função de secretário de Formação Política." (REGINA, 2015)

Esse cenário negativo era amplificado pela desconfiança em relação ao Partido dos Trabalhadores e ao presidente operário. Assim, era compreensível que, por um curto momento, a área econômica tivesse de manter a ortodoxia para acalmar os mercados. (FAGNANI, 2008, p. 5)

Esse cenário de incertezas se dava, pois, dentro da equipe política do presidente Lula, o Ministro da Fazenda defendia o Estado mínimo e a diminuição do foco nos gastos sociais. Além disso, eram constantes as aprovações de reformas de caráter liberal, portanto, a somatória dessas decisões ameaçava a implementação de políticas universais, ação que era esperada por todos, principalmente pela classe trabalhadora, de um presidente sindicalista:

O Ministério da Fazenda endossava, assim, a agenda liberalizante, segundo a qual a estratégia de desenvolvimento social dever-se-ia encerrar numa única ação: focalização nos “mais pobres”, sendo esses definidos pelo critério do Banco Mundial (quem recebe até US\$ 2 por dia). Assim, qualquer programa cujos benefícios fossem superiores a R\$ 120 não seria “focalizado”. Abria-se uma nova etapa de reforma do Estado visando à supressão desses programas. (FAGNANI, 2008, p. 6)

Entretanto, mesmo que Lula tenha desenvolvido essa estratégia política controversa, com o objetivo de manter a boa relação entre o povo que o apoiou e a elite brasileira, se faz necessário apresentar como se deu o desenvolvimento de políticas públicas e programas sociais durante o seu governo. Além de analisar o estado de bem-estar social⁷ da população, focando principalmente nas políticas destinadas aos trabalhadores fabris. Cabe destacar ainda que, neste cenário focaremos nos estudos de políticas pertencentes ao tripé da seguridade social: saúde, assistência social e previdência social.

Já em 2003, foi uma grande surpresa a aprovação da reforma (ou contra-reforma) que impactou diretamente na seguridade Social, em especial na Previdência Social. As principais mudanças eram: a criação de um teto na aposentadoria dos servidores públicos, e a união entre o Regime Geral da Previdência Social, regime esse voltado para trabalhadores formais do setor privado, com o dos funcionários públicos. Apesar do descontentamento de muitos servidores públicos em relação a essas mudanças, a reforma foi pensada em longo prazo, e em decorrência disto os servidores públicos teriam a garantia de uma renda até o fim de sua vida, renda essa que teria o mesmo valor de seu salário quando servidor ativo.

7 Cabe ressaltar que, ao citar o estado de bem-estar social, estarei me referindo a como se dava o modo de vida dos trabalhadores fabris, seu acesso a direitos e benefícios, como planos de saúde, vale-transporte, vale alimentação, e lazer.

Por meio desse mecanismo, o servidor estava afastado da incerteza em relação a sua renda futura, gerando uma relação consumo/ poupança diferente daquela do trabalhador assalariado do setor privado da economia. (MARQUES; MENDES *apud* MARQUES; MENDES, 2007, p.17)

Uma outra pauta muito importante citada diversas vezes em sua campanha eleitoral é a saúde. Para continuar a análise das políticas sociais desenvolvidas durante o governo Lula, se faz necessário destacar aqui alguns pontos importantes presentes em seu Plano de Governo de 2002, principalmente aqueles que envolvem o Sistema Único de Saúde (SUS):

Em nosso governo, a saúde será entendida e gerenciada no contexto dos direitos sociais compreendidos na Seguridade Social, devendo ser financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de contribuições sociais e outras fontes.

Em defesa da vida e de um direito fundamental da pessoa humana, nosso governo trabalhará para garantir acesso universal, equânime e integral às ações e serviços de saúde, assim como a políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de adoecimento e que promovam a qualidade de vida. Desenvolverá políticas promotoras de saúde e bem-estar nas cidades e no campo, estimulando a participação dos diversos segmentos da sociedade e respeitando o controle social dos Conselhos de Saúde.

Nosso governo buscará garantir o direito constitucional da população ao atendimento de suas necessidades, desde a prevenção dessas doenças até o atendimento dos casos mais complexos.

A direção do SUS deve ser descentralizada efetivamente, com os municípios e os estados desenvolvendo condições técnicas, financeiras e políticas para coordenar a organização dos serviços no seu território, exercer a gestão, prestar contas e implementar as deliberações dos Conselhos de Saúde.

A relação do SUS com os serviços privados de saúde respeitará a prioridade definida legalmente para os serviços de natureza filantrópica e será formalizada mediante contratos e convênios, que deverão estabelecer metas físicas, de resolubilidade e de qualidade assistencial. Os contratos e convênios estabelecerão mecanismos e fluxos de acompanhamento do poder público e de controle social sobre sua vinculação ao SUS, inclusive nos aspectos financeiros.

A política de pessoal do SUS será fundamentada na humanização do atendimento, na implantação do sistema democrático de relações de trabalho, na formação profissional e na valorização profissional. Será implantada uma mesa nacional permanente de negociação, com representação das três esferas de governo e dos trabalhadores para implantar um sistema democrático de relações de trabalho no SUS. Essa mesa de negociação deverá elaborar uma política de pessoal que contemple o acúmulo de discussões sistematizadas atualmente pelo controle social do SUS e que atenda aos interesses da população, articulando-se continuamente com os Conselhos de Saúde.

Os recursos financeiros do SUS devem ser repassados diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, que devem ser geridos pelo respectivo Gestor do SUS, gastos em conformidade com os Planos de Saúde (estadual ou municipal), com acompanhamento e fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde. Além disso, serão estabelecidos instrumentos e mecanismos de controle da aplicação dos recursos. Um controle que transcende o critério contábil, o fluxo de caixa e o balancete do fundo de saúde e requer uma análise de impacto, de resultado, da modificação dos indicadores e da qualidade de vida. (COLIGAÇÃO PRESIDENTE LULA, 2002, p.47-50)

Assim, tendo conhecimento das principais propostas envolvendo o Sistema Único de Saúde incluídos no Plano de Governo de Lula, podemos analisar quais foram mudanças que aconteceram ou não durante o seu mandato.

O tema saúde durante o governo Lula traz com ele uma divergência de opiniões muito grande, podemos observar nas pesquisas realizadas para constituir este estudo que, há apreciações enfatizando a importância de Lula para a saúde, e principalmente para o SUS, durante o seu governo, e outras acham que não realizou o prometido.

A opinião de muitos autores em relação a saúde nesse período é semelhante, a qual apesar de reconhecerem os avanços que aconteceram na área da saúde durante o período do governo Lula, apontam um aspecto importante, o qual acompanha a imagem do presidente, a priorização da esfera econômica em detrimento de outras. E para os autores, isso não foi diferente em relação a área da saúde, Teixeira e Paim (2007), citam o episódio, onde, através de uma Medida Provisória, Lula autoriza a propaganda de cigarro em eventos internacionais, descumprindo assim a Lei 10.167 de 27/12/2000 e a Constituição da República.

Apesar das opiniões divergentes e críticas, é muito importante expor os números conquistados durante os anos no período em que Lula esteve na presidência:

É de se ressaltar, contudo, que em 2000 o orçamento para a saúde era de R\$ 17 bilhões e em 2006 chega a R\$ 40 bilhões. Os estados e municípios também ampliaram sua contribuição em 2005. Somados a esses orçamentos, outros R\$ 30 bilhões foram aplicados no SUS. (FREITAS, 2007, p. 68)

Em matéria postada esse ano no site oficial do Partido dos Trabalhadores, afirma-se que nunca na história do Brasil se investiu tanto em saúde e no fortalecimento do SUS como nos 13 anos de governo Lula a Dilma. A matéria ratifica, através de dados, o crescimento de 64,8 bilhões investidos em 2003, para R\$ 120,4 bilhões no último ano do governo Dilma; e destaca também os 63 milhões de brasileiros que tiveram acesso ao Mais Médicos, programa este que chegou ao fim durante o atual governo de Bolsonaro.

De 2003 a 2016, as ações de saúde se tornaram parte de uma estratégia de inclusão social para milhões de brasileiros em todos os cantos do país. No entanto, desde a Emenda do Teto de Gastos, que entrou em vigor no Brasil em 2017 e congelou os investimentos em saúde e educação por 20 anos, o SUS já perdeu mais de R\$ 20 bilhões do orçamento federal. O desinvestimento pode chegar em média a R\$ 400 bilhões em 20 anos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2020)

Nos dias atuais, o SUS vem desenvolvendo um papel importantíssimo no combate ao novo COVID-19, provando que mesmo diante da falácia do governo o

Sistema (SUS) tem alcançado resultados incríveis, não em números, mas também em qualidade.

O nosso Sistema Único de Saúde, maior sistema público de saúde do mundo, e é um dos grandes responsáveis por evitar que os números de vítimas do vírus sejam muito maiores do que são. Até o presente momento em que esse trabalho está sendo desenvolvido, são mais de 131 mil óbitos confirmados por COVID-19 no Brasil (CORONA VÍRUS BRASIL, 2020). Além do atendimento a população em hospitais e postos de saúde em todo o Brasil, os leitos disponibilizados, os medicamentos distribuídos, estudos apontam que a vacina para o novo COVID-19 será disponibilizada pelo SUS:

De acordo com a pasta, as primeiras doses devem ser distribuídas no início de 2021 pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), do Sistema Único de Saúde (SUS). [...] A expectativa é de que 100 milhões de doses sejam produzidas inicialmente a partir de insumos importados e a produção integral da vacina comece em abril de 2021, na unidade técnico-científica Bio-Manguinhos. (NUNES, 2020)

É importante salientar, porém, que até o dia em que esse trabalho está sendo escrito (14 de setembro de 2020), estamos há 106 dias sem um Ministro da Saúde no Brasil, exatamente no momento em que o país enfrenta uma das mais críticas pandemias da história. O atual Presidente Jair Bolsonaro nomeou um veterinário como Ministro interino da Saúde para comandar o Programa Nacional de Imunização.

O médico veterinário é presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal e, segundo o seu currículo, é especialista em saúde animal e atuava como técnico judiciário, na especialidade em enfermagem, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. (ZYLBERKAN, 2020)

Ter um veterinário especialista em saúde animal neste momento é, no mínimo, imprudente. Porém, antecedendo este atual Ministro Interino, outros dois médicos saíram do cargo de Ministros da Saúde durante o ano de 2020, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, estes dois ex-ministros deixaram o cargo por divergências de pensamentos com o presidente Bolsonaro, como a reabertura do comércio, o relaxamento do isolamento social e o uso do medicamento cloroquina. O segundo ministro citado, Nelson Teich, deixou a posição como de Ministro da Saúde com menos de um mês após assumir o cargo. Esta é mais uma situação que desperta a insegurança da população, pois não fica claro o interesse do presidente em preservar a saúde do povo, e sim o interesse em manter com eles somente aqueles que não o contraria.

Nesta semana, Bolsonaro disse em entrevista na saída da residência oficial do Palácio do Alvorada que seus ministros deveriam estar "afinados com ele". O presidente fazia referência a uma postagem de Teich nas redes sociais em que o então ministro alertava para riscos da cloroquina no tratamento de covid-19. (ANDRADE, 2020)

Um programa que marcou a história de Lula como presidente foi o Fome Zero. Surgindo como um programa de combate a fome no Brasil, o Fome Zero foi lançado oficialmente dia 30 de janeiro de 2003, ou seja, já no primeiro mês do seu mandato. Em seu primeiro pronunciamento oficial após a eleição, Lula (2003) disse “se ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar, e jantar terei cumprido a missão da minha vida.”

A família participante do programa (aquelas que recebiam menos de R\$ 1,08 por dia) tinham acesso a um cartão alimentação, distribuição de alimento de forma emergencial para pessoas em insegurança alimentar, construção de restaurantes populares com refeições a 1 ou 2 reais, ampliação da merenda escolar, recebimento de doações de alimentos que seriam descartados de supermercados, empresas, ou restaurantes para Organizações da Sociedade Civil.

As famílias que recebiam menos de um salário mínimo ganharam direito a um cartão alimentação no valor de 50 reais, um pequeno passo que ganhou repercussão mundial. Fome Zero foi apenas uma semente para o que vinha a seguir, estava nascendo o maior programa social do governo Lula: o Bolsa Família. O Órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) citou o Brasil como um dos países que conseguiram reduzir pela metade o número de pessoas que passam fome. Vinte anos atrás, 14,8% dos brasileiros viviam na miséria, agora esse índice é de menos de 2%, cerca de três milhões e quatrocentas mil pessoas. Segundo a FAO essa queda se deu por causa da eficiência dos programas de combate a fome. (JORNAL NACIONAL, 2014)

Sendo assim, não seria possível falar de Governo Lula sem citar seus principais programas de Assistência Social e combate a fome. O Bolsa Família, maior programa social do governo Lula, foi um programa de transferência direta de renda, implementado em 2003, durante o Governo Lula, com o intuito de combater a miséria e a exclusão social. Têm acesso a esse programa famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema, ou seja, famílias com uma renda mensal de até R\$178,00 por pessoa. O Programa tem uma parte do valor fixo básico de R\$89,00⁸ por mês, podendo variar esse valor caso haja na família: gestante, crianças ou adolescentes de até 15 anos.

8 “Concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa). O auxílio é de R\$ 89,00 mensais.” (CAIXA, 2020). Esta informação foi retirada do site oficial da CAIXA, no dia 14 de setembro de 2020, portanto este é o valor básico atual do programa.

Nos dias atuais, a fome voltou a crescer no Brasil durante os últimos 5 anos, segundo o IBGE, tivemos o menor índice de segurança alimentar (acesso pleno e regular de alimentos de qualidade) dos últimos 15 anos.

Depois de recuar em mais da metade em uma década, a fome voltou a se alastrar pelo Brasil. Em cinco anos, aumentou em cerca de 3 milhões o número de pessoas sem acesso regular à alimentação básica, chegando a, pelo menos, cerca de 10,3 milhões o contingente nesta situação. (SILVEIRA, 2020)

O Programa Bolsa Família exige algumas condicionalidades para a inserção da família no programa, como o comparecimento de gestantes às consultas do pré-natal, a atualização constante do cartão de vacinação das crianças de 0 a 7 anos, e garantir que crianças e adolescentes de 6 a 17 anos tenham uma frequência mínima de 85% na escola. Segundo dados do Governo Federal:

O programa Bolsa Família chegou a 14,283 milhões de famílias em todo o país no mês de julho. O pagamento iniciado no dia 20 segue até 31 de julho. Mais de 95% do público beneficiário recebeu o Auxílio Emergencial do Governo Federal destinado às pessoas mais vulneráveis para ajudar no enfrentamento da crise causada pelo novo coronavírus. Com esse recurso, a renda média das famílias foi de R\$1.115,05, num investimento de mais de R\$ 15,1 bilhões do Governo Federal. (GOVERNO FEDERAL, 2020)

Para além, em 2004 surgiu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o qual foi implementado em 2005 por meio da Norma Operacional Básica. Nesta direção, de acordo com o Ministério da Cidadania⁹ (2015) “seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.”

Com a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS, foram estabelecidas novas regras e operacionalização da assistência social, onde todo repasse vindo do Ministério da Cidadania estariam dentro dessas novas regras. A Norma Operacional Básica continua sendo atualizada, sendo a mais recente a de 2012.

Apesar de provocar uma melhora na condição de vida de muitos beneficiados de todos esses programas que foram desenvolvidos durante o Governo Lula, e que tiveram continuidade nos governos seguintes, Carmelita Yasbek faz um importante e pertinente reflexão sobre isso:

⁹ Atualmente é chamado de Ministério da Cidadania o que no governo Lula ainda eram Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e o Ministério da Cultura. “O Ministério da Cidadania foi criado através da Medida Provisória nº 870, publicada em primeiro de janeiro de 2019, pelo presidente Jair Bolsonaro (então no PSL)”. (SCHAEFER, 2020)

Essa disputa apresenta um grande risco: que o Programa permaneça apenas no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário de prestar socorro aos pobres, não se realizando como direito social (e assim não se politizando). É evidente que uma “cruzada solidária” contra a fome tem grande apelo e é capaz de realizar um consenso social (dimensão importante para o governo), mas é também mais do que conhecida a necessidade de enfrentar, no âmbito estrutural das relações sociais, as causas da fome e da pobreza. (YASBEK, 2004, p. 109)

O caráter assistencialista assombra a nossa sociedade de forma mascarada, ao mesmo tempo em que é extremamente cruel. Carmelita traz a reflexão sobre até que ponto esses programas estão realmente dando condições dignas aos seus usuários, ou são apenas medidas superficiais e paliativas. A partir do momento em que uma ação fica apenas no dever moral de “ajudar os pobres”, o que acontece é um resgate das características dos primórdios da profissão, de um serviço social conservador, onde não havia conscientização e nem caráter emancipatório. É preciso buscar fazer com que os usuários desses programas reflitam quais foram os fatores que os levaram a estar vivendo nas condições em que vivem, para que deste modo ascenda neles a consciência política e social.

Para finalizar a apresentação dos principais programas e políticas sociais desenvolvidas durante o governo Lula, será importante e necessário analisar os programas e projetos desenvolvidos com foco na classe trabalhadora.

Sendo assim, cabe expor as respostas dos trabalhadores entrevistados para a seguinte pergunta sobre o período de governo Lula “No começo dos anos 2000, seu emprego garantia a você e sua família acesso a benefícios como saúde, educação, lazer, transporte, cultura? E hoje, acha que há alguma diferença?” Esta pergunta nos permite analisar como era o bem-estar social dos trabalhadores e a quais tipos de benefícios eles tinham acesso ou não. A resposta do primeiro entrevistado foi:

Eu tinha, era muito bom, por isso eu falo que faz muita diferença dos dias de hoje. A gente tinha seguro, na área da saúde, tinha convênio bom, transporte bom, então tinha sim, na época que eu trabalhava sim, depois que eu aposentei não, aí acabou tudo, e o salário também diminuiu um pouco. Aposentadoria é assim, você aposenta com X aí já começa a diminuir. Eu ainda continuo indo no sindicato, participo de tudo, eu vejo o que tá acontecendo, e entre a época que eu trabalhei e hoje, a mudança é enorme, não tem nem como comparar como era a minha vida antes, quando eu tava trabalhando. Hoje mudou muito, precarizou muito, tá muito mais precário, muito mais dificuldade, e eu sei disso porque eu vou no sindicato, mesmo sendo aposentado, eu participo de muita coisa do sindicato dos metalúrgicos. (NETO, 2020, grifo nosso)

É possível identificar a preferência do trabalhador pelo período do governo Lula. O primeiro trabalhador cita um bom funcionamento e utilização de programas da

saúde, transporte e um bom salário, o qual faz até uma comparação com os dias atuais. Apesar de aposentado, o entrevistado disse ainda estar inteirado ao movimento sindical da empresa pela qual se aposentou, e relata uma grande precarização das condições de trabalho. Além disso, o entrevistado demonstra sua preocupação com a diminuição constante com o valor de sua aposentadoria com o passar dos anos, pois ela é a sua única fonte de renda no momento.

Sobre receber um valor insuficiente para manter uma qualidade de vida digna no Brasil, vale destacar que atualmente, em setembro de 2020, o arroz, um dos alimentos essenciais na alimentação básica do brasileiro, chegou a custar R\$ 40 um pacote contendo 5kg. Uma das declarações do atual presidente Jair Bolsonaro sobre esse aumento no valor do arroz foi:

Tem mais ou menos 10 anos que os rizicultores têm prejuízo no arroz. Eu posso pegar, dar canetada assim e tabelar? Está tabelado o preço do arroz: 10 centavos o quilo, pode? Não pode? Porque mexe no mercado e fica pior. Eu não vou interferir no mercado o que tem que valer é a lei da oferta e da procura, afirmou o presidente. (SOARES, 2020)

A fala do presidente citada acima foi proferida durante uma Transmissão Ao Vivo, na qual ele afirmou que o que deve valer quando se trata do aumento de preço do arroz é a lei da oferta e procura. Ao declarar que não vai interferir no mercado, é possível perceber que o presidente coloca a economia acima de uma mazela presente em nosso país, que é a insegurança alimentar de várias famílias. Ao partir da fala podemos notar um exemplo claro da proposta capitalista advinda desde a crise de 70, pois temos ações extremamente neoliberalistas, que priorizam a demanda do mercado sucumbindo com as conquistas trabalhistas e impactando diretamente nas condições de vida dos trabalhadores, assim como barbarizando ainda mais as expressões da questão social.

O segundo entrevistado diz o seguinte:

Garantia. Os benefícios a gente usava de acordo com a necessidade, não usava tanto assim não, mas garantia. Como tinha plano de saúde, quando precisava a gente usava. Eu tinha carro, mas eles me pagam a gasolina. Hoje eu sei que ainda tem, o plano de saúde não tem não, mas transporte, essas coisas tem. Plano de saúde não tem mais porque a firma tava quase falindo, daí cortou o plano de saúde, eles estão esperando melhorar pra ver se volta com o plano de saúde, mas por enquanto não tem. Mas nos anos 2000 meu emprego me garantia tudo que você falou, eu tinha tudo. (ROSSETO, 2020, grifo nosso)

O segundo trabalhador relata, que no período do governo Lula, ele tinha a possibilidade de usar todos os benefícios citados, porém, só usava quando tinha necessidade. Atualmente, a fábrica que trabalha está se recuperando de uma crise, a

qual levou o diretor a cortar gastos, e o corte foi justamente no plano de saúde dos trabalhadores. O trabalhador deixa a entender que o empregador está esperando uma melhora na situação financeira da fábrica para trazer de volta esse benefício.

As respostas de ambos trabalhadores demonstram que estavam satisfeitos com o período em que Lula era presidente, o que possibilita resgatar a fala de Carmelita Yasbek citada anteriormente. Instiga a reflexão sobre como com o passar nos anos e as mudanças de governos, o bem estar do trabalhador se ofusca ao se tratar dos interesses do capital, pois em toda mudança que é necessária ser feita, são os direitos dos trabalhadores que são sempre prejudicados ou até mesmo extintos. E ao que parece, ao lermos e analisarmos as respostas desses trabalhadores, durante o governo Lula, esses direitos foram mantidos, disponibilizando a eles um modo de vida digna.

A partir disso, no próximo capítulo serão apresentadas as alterações do nível de desemprego no Brasil, passando dos governos petistas (Lula e Dilma), a era Temer, e finalmente nos dias atuais, de governo Bolsonaro, possibilitando assim fazer uma análise mais profunda, baseada em números e mais uma vez no relato dos trabalhadores, sobre a condição profissional e social da classe trabalhadora.

3 A TRAJETÓRIA DO EMPREGO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA CLASSE TRABALHADORA

No presente capítulo serão analisados os índices de desemprego no Brasil, durante o período do governo Lula ao atual governo Bolsonaro. Serão utilizados como materiais de apoio para o desenvolvimento deste capítulo: artigos sobre a queda ou aumento do desemprego durante esses anos, matérias sobre o assunto de acordo com o ano, e dados com números oficiais.

O que é desemprego? Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020), o desemprego se refere aquelas pessoas que tem idade para trabalhar, no Brasil são pessoas acima de 14 anos, capazes e estão a procura de um emprego, mas não estão trabalhando. Estudantes e donas de casa são classificados como “pessoas que estão fora da força de trabalho”, e uma empreendedora que possui o próprio negócio recebe a nomenclatura “ocupada”. Atualmente (setembro de 2020) há no Brasil 77.781 mil pessoas fora da força de trabalho, e 83.347 mil pessoas ocupadas.

Como citado no capítulo anterior, o desemprego no Brasil, ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso, era muito grande, chegando a ser o segundo país com o maior número de desempregados no mundo, perdendo apenas para a Índia. “O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial do desemprego em números absolutos, com 11,454 milhões de pessoas sem trabalho em 2000. Perde apenas para a Índia, com 41,344 milhões de desempregados” (ROLLI, 2002).

Com o intuito de fomentar a discussão e a apreensão dos dados sobre o desemprego, segue abaixo uma tabela com números oficiais sobre o assunto, durante os oito anos de mandato do Presidente Lula.

TABELA 1 – DADOS SOBRE O DESEMPREGO DURANTE OS GOVERNOS PETISTAS

Desocupação da PEA				
	Desocupados	% PEA	Ocupados	% PEA
2002	7.939.990	9,14	78.894.891	90,86
2003	8.606.949	9,72	79.985.997	90,28
2004	8.218.087	8,87	84.442.667	91,13
2005	8.884.297	9,28	86.863.043	90,72
2006	8.127.606	8,39	88.762.070	91,61
2007	7.946.812	8,12	89.928.076	91,88
2008	7.076.086	7,11	92.402.416	92,89
2009	8.386.284	8,3	92.686.490	91,7
2011	6.729.536	6,71	93.493.067	93,29
2012	6.362.608	6,21	96.097.842	93,79
2013	6.742.085	6,52	96.659.379	93,48

Fonte: PNAD – IBGE. Elaboração Própria.

Fonte: Reprodução/IBGE

Portanto, tendo em vista os números oficiais sobre a geração de emprego no Brasil neste período, é possível realizar uma análise, ao apreciar a tabela com os dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), é nítido o aumento de empregados ao compararmos o início e o término do mandato de Lula. Em seu primeiro ano o número de empregados era 79.985.997, após oito anos de mandato, Lula se despede da presidência com um número de 93.493.067 empregados¹⁰ no Brasil, ou seja, houve um aumento de 13.507.070 (3,01%).

Nesse período marcado pela elevação das taxas médias de crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho apresentou mudanças significativas que, no conjunto, resultaram em importantes melhorias: redução das taxas médias de desemprego; expansão do emprego assalariado formal (protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira); crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público); redução do peso do trabalho assalariado sem registro em carteira (ilegal) e do trabalho por conta própria na estrutura ocupacional; elevação substantiva do valor real do salário mínimo; recuperação do valor real dos salários negociados em convenções e acordos coletivos; importante redução do trabalho não remunerado; intensificação do combate ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil. (BALTAR *et al.*, 2010, p.10)

10 Cabe salientar que ao falar sobre o número de empregos gerados, estamos nos referindo a empregos formais, com carteira assinada.

Também é possível identificar o reconhecimento desse aumento na geração de empregos durante a fala dos dois trabalhadores entrevistados, em determinado momento da entrevista um deles relata:

Então, eu trabalhei toda a minha vida em metalúrgica, desde os meus vinte e poucos anos eu trabalho em metalúrgica, parei assim um pouco, por um ano eu parava, mas tava sempre trabalhando em metalúrgica. E era bom, na época [governo Lula] tinha mais serviço, a gente participava de muita coisa dentro da firma, você entendeu? Era um período melhor do que agora, a gente era mais valorizado dentro das fábricas. Agora a única fonte de renda que eu tenho é a aposentadoria, não tem mais nenhuma outra. (NETO, 2020, grifo nosso)

Este trabalhador, além de citar a alto fluxo de “serviço” durante o governo Lula, também declara que se sentia mais valorizado naquele período. Ao refletir sobre o sentimento de ser mais valorizado durante o governo Lula, é possível fazer uma associação com a identificação que o trabalhador tinha com o presidente que também era metalúrgico e sindicalista.

O outro entrevistado diz:

O governo do Lula foi a melhor época nossa, tinha bastante serviço, então o emprego tava garantido. Aí depois do Temer com a Dilma já começou a ficar ruim, e agora eu nem sei mais. Com o Lula nós “tinha” tudo praticamente, com o Bolsonaro eu já não posso falar a mesma coisa. Na época do Lula eu lembro que tinha bastante trabalho, tudo que a gente queria era mais fácil pra gente conseguir. Até a época da crise, o primeiro governo do Lula principalmente foi o melhor que teve. (ROSSETO, 2020, grifo nosso)

É possível notar que os próprios trabalhadores conseguem notar a diferença entre a quantidade de “serviços” disponíveis na época de Lula em comparação aos dias atuais, ou até mesmo ao final do governo Dilma. Foi possível entender, durante a entrevista, que a certeza sobre o grande número de empregos disponíveis dava mais autonomia aos trabalhadores, pois a possibilidade de não ficar desempregado era maior. É importante atentar que trabalhador cita que mesmo em meio à crise, o governo Lula continuou sendo o melhor que pôde vivenciar. Para corroborar essa afirmação do entrevistado, em um artigo de Ricardo Vale e Mariangela Antigo (2015) sobre a queda do desemprego no Brasil de 2002 até 2013, ambos afirmam que, apesar da crise econômica em 2008, e a desaceleração do PIB a partir do ano de 2010, a geração de empregos no Brasil durante esses 11 anos foram surpreendentes.

A taxa de desemprego medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) oscilou em torno de 5% no biênio 2013/2014- nas seis maiores regiões metropolitanas do país (Regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro,

São Paulo e Porto Alegre). Ainda que a Pesquisa seja restrita a grandes cidades do país, os números impressionam, principalmente pela manutenção da queda da taxa enquanto o produto interno já não mantinha o mesmo vigor de crescimento que teve no segundo Governo Lula (2007-2010). (VALE; ANTIGO, 2015, p. 3)

Entretanto, é necessário levar em conta o cenário favorável que o presidente Lula se encontrava, desde o seu primeiro ano de mandato. A imagem internacional do presidente Lula era muito boa, em 2009, o presidente dos Estados Unidos Barack Obama, durante a reunião do G20, em Londres, disse que Lula era “O cara”. A boa imagem de Lula no cenário internacional facilitava diálogos com outros líderes, e impulsionava a economia, consequentemente gerando mais empregos.

Com visitas a 85 países em um período de oito anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou em prática uma política de diversificação das relações do Brasil com o mundo que ajudou a projetar o país do ponto de vista econômico, mas que ao mesmo tempo colecionou polêmicas na arena política. (PEIXOTO, 2010)

Nesta direção, podemos inferir que o plano de governo, direção política, aceitação popular e como a economia global era conduzida, propiciou ao então presidente iniciativas que minimamente buscavam diminuir as desigualdades sociais.

O Fórum Nacional do Trabalho foi criado em julho de 2003, e tinha como objetivo principal conciliar os interesses entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e Governo Federal sobre a reforma sindical. E é a partir do Fórum Nacional do Trabalho e suas discussões sobre interesses e reivindicação que acontece a Reforma Sindical, em 2006.

Essa reforma englobou demandas, e, segundo Almeida (2007), algumas das principais propostas se tratam de: sindicatos como maiores representantes da classe trabalhadora; a possibilidade de criar mais de uma entidade sindical no mesmo âmbito de representação sem a necessidade de autorização prévia; liberdade ao se filiar, desligar ou participar de sindicatos; maior autonomia para entidades sindicais; proteção contra despedida sem justa causa; e as entidades sindicais serão mantidas através de contribuição espontânea dos integrantes. O autor ainda acrescenta:

As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e do PT ao longo dos anos 90 e eram apresentadas como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores ‘modernos’, sob influência liberal, e vistas como conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um ‘consenso’ para a sociedade, como se fosse possível uma conciliação de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe. (ALMEIDA, 2007, p.11)

Entretanto, apesar de parecer que só havia prós ao se tratar da Reforma Sindical de 2006, outros autores destacam como ela foi paliativa, pois enquanto criavam um direito, retiravam outro:

Dividido em duas partes, o desmonte começa pela reforma sindical. Depois viria a reforma trabalhista, na onda da desconstrução global. Ela tem pelo menos três pontos nefastos: 1. é extremamente cupulista, transferindo para as centrais sindicais o poder de negociação de direitos dos trabalhadores, restringindo a participação dos sindicatos e das assembleias de base para a realização dos acordos de classe; 2. as centrais passam a ser definidas a partir da sua representação, o que fere qualquer possibilidade de exercício de autonomia e liberdade sindicais, ao estabelecerem limites mínimos para a representação dos sindicatos; e 3. o imposto sindical e as contribuições assistenciais são substituídas pela chamada Contribuição de Negociação Coletiva (de até 1% da renda líquida do trabalhador no ano anterior), ferindo-se o desejo fundamental do sindicalismo autônomo, que é a cotização livre e voluntária dos trabalhadores para a manutenção dos sindicatos. Trata-se de trocar gato por lebre, para manter a velha burocracia sindical sustentada desde os anos do chamado peleguismo sindical. (SOARES *apud* ANTUNES, 2013, p. 553)

Para agregar a essa reflexão, cabe apresentar aqui as respostas dos trabalhadores ao serem questionados sobre desemprego, por meio da seguinte questão: Durante toda a sua trajetória de trabalho nesse setor, você sempre esteve empregado? Se sim, conhece muitas pessoas que passaram por processos de emprego e desemprego?

Praticamente sim, às vezes ficava seis meses parado, um ano, mas já voltava a trabalhar. O máximo que eu cheguei a ficar parado entre uma firma e outra foi um ano, e mesmo assim nesse ano, foi um anos que eu participei muito do sindicato, aí eu tive um pouco de dificuldade de entrar em outra firma, porque meu nome estava no sindicato, e patrão não gosta de quem se envolve com sindicalismo, mas mesmo assim eu consegui trabalho e me aposentei. Na minha época não - conheci ninguém que ficou desempregado -, depois que eu aposentei sim, agora mais recente tem muitos colega meus que saíram, faltando pouco tempo pra aposentar, e não conseguiram emprego mais. Mas na minha época não tinha esse problema, a gente saía, ficava um pouquinho parado mas já voltava a trabalhar, não sei se tinha mais emprego, não entendo direito, mas na minha época era mais fácil. (NETO, 2020, grifo nosso)

Há na fala do trabalhador acima alguns pontos interessantes para refletir, o primeiro é o preconceito que os patrões têm contra os sindicalistas, *Luiz* diz que teve certa dificuldade em encontrar outro emprego, pois seu nome estava ligado ao sindicato, e, segundo ele, os empregadores não gosta de quem faz parte do sindicato. Talvez esse preconceito exista pela visão do sindicalista radical, que organiza greves, reivindicar, e se organizam, é claro que o empregador não é a favor de trabalhadores bem posicionados que conhecem e cobram seus direitos, para eles é muito mais fácil empregar o trabalhador alienado, que não tem conhecimentos de seus direitos e é

mais fácil de ser intimidado. No site da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) há um artigo sobre a Proteção contra Condutas Anti-Sindicalistas, onde se defende a liberdade sindical.

A repressão à atividade anti-sindical abarca todo um conjunto de medidas de proteção do dirigente sindical e do militante sindical com o intuito de resguardá-los de pressões e represálias do empregador e dos tomadores de serviços em geral e também daquelas porventura provenientes do Estado. Essa tutela compreende ainda os empregados e trabalhadores envolvidos em reivindicações trabalhistas mesmo que não diretamente relacionadas à prática sindical. A garantia de que estamos a falar e os procedimentos outorgados para impedir sua violação, podem ser sintetizados em "foro sindical", vedação de práticas desleais, de discriminação anti-sindical e atos de ingerência. (ANAMATRA, 2005)

Outro aspecto ainda da fala de *Luiz* que deve ser destacada é conhecimento dele sobre colegas de trabalho que, faltando pouco tempo para se aposentar, ficaram desempregados. Atualmente, com o cenário de pandemia, muitas empresas estão focando em cortar gastos, e na maioria das vezes, é a classe trabalhadora que sofre as consequências. Houve no mês de setembro de 2020, na empresa Embraer, localizada em São José dos Campos – SP, uma demissão de 2.500 trabalhadores sem negociação. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (2020), lançou uma nota sobre essa ação da empresa:

A Embraer anunciou nesta quinta-feira (3) a demissão de 900 trabalhadores, em todo o Brasil, que estavam em licença remunerada. O corte em massa soma-se a outros 1.600 ocorridos nos três PDV (Programa de Demissão Voluntária) abertos em menos de dois meses. As demissões foram feitas sem qualquer negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ferindo acordo para preservação de emprego assinado em 9 de abril (cláusula 8.1), justamente num período de calamidade pública provocada pela pandemia do coronavírus. Nem mesmo o PDV foi negociado. A empresa apenas apresentou o programa, sem aceitar alternativas. Durante o período de PDV, o Sindicato recebeu diversas denúncias por parte dos trabalhadores de que gestores da Embraer estariam pressionando aqueles que estavam em licença remunerada para que aderissem ao PDV. O caso está, inclusive, sendo investigado pelo Ministério Público do Trabalho. (SINDICATO DOS METALÚRGICOS, 2020)

A demissão de 2.500 sem negociação é extremamente preocupante, pois sinaliza um alerta vermelho sobre o avanço dos desmontes dos direitos trabalhistas, e também reforça a falta de preocupação que há por parte dos empregadores com a classe trabalhadora, e em um momento tão delicado quanto o que estamos vivendo atualmente.

O segundo entrevistado relata:

Não, eu tive uns tempos desempregado, não lembro quanto foi, mas eu tive uns tempos desempregado, por isso eu comecei a trabalhar por

conta própria, até voltar a fichar¹¹ de novo eu trabalhei um bom tempo sozinho. Trabalhei em duas empresas, a Metalúrgica San Tomé e a Metalúrgica Pedreira,¹² e quando não tava lá, trabalhei por conta própria, mas o tempo empregado foi maior. Mas lá na fábrica eu sei de várias pessoas que foram mandadas embora e não voltaram, de 3 anos pra cá muita gente foi mandada embora de lá. Antes tinha mais ou menos uns 300 funcionários, e hoje deve ter uns 50, por causa da crise. A pandemia atrapalhou um pouco, tava melhorando de serviço, aí atrapalhou, mas eu sei que ninguém foi mandado embora. (ROSSETO, 2020, grifo nosso)

Portanto, é possível afirmar que o governo Lula, em sua totalidade, teve um ótimo índice de geração de empregos.

Quando ele [Lula] assumiu, em janeiro de 2003, o estoque de vagas formais era de 28,7 milhões, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho. Em seu último mês de mandato, dezembro de 2010, o estoque era de 44,1 milhões. Nestes oito anos, o saldo aumentou em exatos 15.384.442 postos de trabalho. [...] O emprego continuou crescendo no primeiro governo Dilma (2011-2014), que registrou saldo de 4,8 milhões. Começou a cair a partir de 2015. Ainda assim, uma comparação entre 2002 e 2015 mostra que o estoque de vagas formais, segundo o Caged, passou de 22,8 milhões para 39,7 milhões, sempre no mês de dezembro. Em dois anos, a maior parte sob Temer, o estoque caiu em quase 2 milhões: em dezembro do ano passado, era de 37,9 milhões. Apenas em 2017, o emprego formal ficou estável. (REDE BRASIL ATUAL, 2018)

Uma nota publicada no site da Câmara dos Deputados no ano de 2010, período em que Michel Temer (PMDB) era o presidente da mesma, foi intitulada “Emprego: a herança bendita de Lula”. A nota exalta todos os números de geração de empregos durante os oito anos do Presidente Lula, e destaca a responsabilidade que Dilma Rousseff (PT) tem nas mãos ao dar continuidade ao excelente trabalho de Lula. Além disso, há uma afirmação de que os altos índices de empregos afetou diretamente a vida da classe trabalhadora, os tornando mais confiantes e otimistas:

Este novo momento traz reflexos diretos na vida das pessoas. Sentimentos como confiança, otimismo e amor-próprio misturam-se com o aumento de renda e consumo, com a disposição para o crescimento pessoal e profissional e de melhoria real da qualidade de vida. O resultado é que se tornou maior em nosso povo a autoestima e o orgulho de ser brasileiro. E talvez, resida aqui, um dos fatores decisivos para a eleição de Dilma Rousseff à Presidência da República, cuja candidatura simbolizava a sequência dessa política. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010)

Em outubro de 2010, disputando um segundo turno com José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT), 72 anos de idade, ex-militante, presa e torturada durante a ditadura militar no Brasil, torna-se a primeira mulher eleita a presidente da República no Brasil. Sendo a sucessora de Lula (PT), Dilma chega ao poder com a promessa de

11 O entrevistado usou o termo “fichar” ao se tratar de trabalho com carteira assinada.

12 Metalúrgica San Tomé e a Metalúrgica Pedreira foram nomes fictícios escolhidos juntamente com o entrevistado para substituir os nomes reais das empresas em que ele trabalhou.

ser a pessoa que continuaria a mudança iniciada por Lula, em seus oito anos de mandato.

Sobre a violência e tortura que sofreu durante o período de Ditadura Militar, a ex-presidente Dilma relata:

Cada pedaço do seu corpo reage à possibilidade da morte, por isso que quando a pessoa está com muita depressão é que ela se mata. Se ela não tem depressão, é muito difícil ela se matar. É complicadíssimo, ela não se mata mesmo em situações limites. Para você dar esse passo, é algo muito difícil. Então, nós temos de enfrentar o fato de que trabalham com isso, trabalham com dor e morte. É isso que é a tortura. Dor e morte sistematicamente. E com algo terrível, que é fazer a pessoa perder a dignidade. Esse é o componente da dor psicológica. Eles querem que você perca a dignidade, que você traia as suas convicções, que você abandone o que você pensa. Isso é, talvez, a decorrência maior da prisão. Você é preso e é isso que fazem. (ROUSSEFF, 2020)

É sabido que Dilma Rousseff não teve um mandato calmo e fácil, ela sofreu duros ataques durante todo o seu período como presidente do Brasil, e ainda assim, ao se tratar de geração de empregos, dados do Ministério do Trabalho¹³ (extinto pelo atual governo de Jair Bolsonaro) mostram que, durante o ano de 2011, ou seja, seu primeiro ano de mandato somou 1,94 milhões de empregos formais, segundo melhor resultado desde 1992, ficando abaixo apenas dos números registrados no ano de 2010.

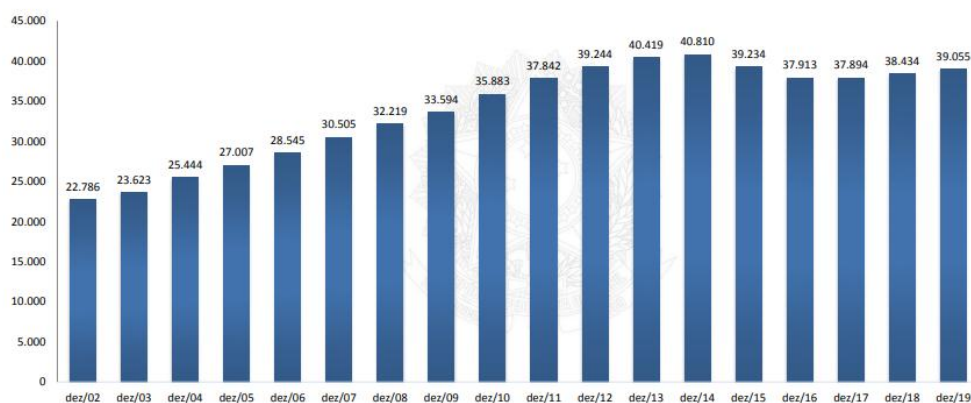
Foi no início de 2014 que o número de empregos formais no Brasil começou a ter um declínio preocupante, conforme os dados explicitado no gráfico do site do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), na aba do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados¹⁴ (CAGED) onde são apresentados os dados sobre os brasileiros com empregos formais, de 2002 à 2019.

GRÁFICO 1 – DADOS SOBRE O EMPREGO FORMAL

13 “Com a reforma da estrutura administrativa promovida logo no primeiro dia de mandato e aprovada pelo Congresso em maio, 2019 foi o primeiro ano sem Ministério do Trabalho desde a criação da pasta em 1930, por Getúlio Vargas.” (ANDRETTA, 2020)

14 “O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais.” (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2016)

BRASIL – ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL – SÉRIE COM AJUSTES* – MESES DE DEZEMBRO DE 2002 A 2019



(*) ajustes declarados até o mês dezembro de cada ano. Em mil unidades.



Fonte: CAGED – LEI 4923/65

É possível observar, através deste gráfico, que houve uma queda no número de empregados a partir de 2014, ano em que ocorreu outra eleição presidencial, nessa a Presidente Dilma é reeleita, após uma disputa acirrada no segundo turno contra Aécio Neves (PSDB), o resultado não agradou uma grande parcela da população brasileira, e foi neste momento –ainda em 2014- que começou o desmonte do mandato da Presidente Dilma, ocasionando então no Golpe de 2016:

Mas, os eleitores mais exaltados de Aécio, viram no pedido de auditoria mais uma forma de reforçar seu desejo de se livrar de Dilma Rousseff, partindo assim para a pressão por impeachment. Na rede social, começaram a circular pedidos de assinaturas para formalizar um pedido de impeachment. O mesmo pedido se reproduziu durante manifestações anti-PT em algumas cidades. Alguns raivosos gritavam inclusive por um pedido de intervenção militar para tirar a presidenta, o que obrigou alguns nomes do PSDB a refutar a ideia, e desvincular o partido dessa proposta. (JIMÉNEZ, 2014)

A combinação de uma crise econômica, política, e um governo que seguia sofrendo duros ataques, teve um resultado desastroso em algumas áreas, como a queda do Produto Interno Bruto¹⁵ (PIB) durante três anos seguidos, sendo eles 2014, 2015, e 2016. E o isso também refletiu na taxa de desemprego:

O desemprego assusta apenas pela velocidade com que avança. O país levou dez anos para reduzi-lo de 10% para 5%, mas precisará de apenas dois anos para que ele avance e retorne ao nível anterior. Os problemas que ele provoca se espalham pela sociedade. (OLIVEIRA; CORONATO, 2016)

15 “O Produto Interno Bruto (ou apenas “PIB”) é a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma economia durante um certo período. Portanto, o PIB nos ajuda a avaliar se a economia está crescendo e se o padrão de vida está melhorando.” (CONSTANTINI, 2017)

Foi no dia 31 de agosto de 2016 que Dilma Rousseff sofreu o impeachment e deixou o cargo de presidente do Brasil. Apesar de ter sofrido o impeachment apenas em 2016, os pedidos pelo mesmo aconteciam desde 2015, porém a sua maioria foi arquivada por não sustentar argumentos para tais acusações. Uma dessas acusações foi acatada pelo presidente da Câmara dos Deputados naquela época, Eduardo Cunha (MDB), sendo ela o Crime de Responsabilidade¹⁶. Dilma deixa seu cargo afirmando que estava sofrendo um golpe, seu impeachment teria sido um ataque a democracia brasileira. Em seu discurso após o ato, Dilma afirma:

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. (ROUSSEFF, 2016)

A ex-presidente dá continuidade ao seu discurso destacando como esse impeachment não foi um golpe apenas contra a primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil:

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes. (ROUSSEFF, 2016)

Sendo assim, após o golpe contra Dilma Rousseff, quem assume o cargo como presidente interino, no mesmo dia em que o discurso citado acima foi proferido, é Michel Temer (PMDB). O ex-vice-presidente assume o cargo, juntamente com uma equipe composta apenas por homens brancos, em um dos momentos mais delicados do país, democraticamente falando, após o período da ditadura militar em 1964,

16 “O crime de responsabilidade estaria em dois aspectos principais: (1) a meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi desconsiderada, e a presidente estaria gastando bem mais do que o aprovado pelo Congresso e (2) o crédito suplementar foi emitido sem aprovação parlamentar, em violação ao processo de definição do orçamento.” (SILVA, 2016)

Temer mal ocupa o seu lugar na presidência, enquanto o apelo mais ouvido em todo Brasil se torna o “Fora, Temer¹⁷”.

Para entender os dados que serão apresentados a seguir sobre o tópico que o presente capítulo está abordando, se faz necessário falar brevemente sobre as (contra) reformas feitas durante o período em que Michel Temer exerceu o posto de presidente do Brasil (do dia 31 de agosto de 2016 ao dia 31 de dezembro de 2018). Michel Temer, com o objetivo de recuperar o mau desempenho da economia brasileira, aprova duas reformas, sendo elas: Reforma da Previdência (PEC 287/16), e a Reforma Trabalhista (PL 6.787/16), ambas no ano de 2017.

Em primeiro lugar vamos falar sobre a Reforma da Previdência (PEC 287/16). “O presidente da República, Michel Temer, ofereceu na noite desta quarta-feira (22) um jantar no Palácio da Alvorada, em Brasília, a deputados da base aliada em uma tentativa de angariar apoio para aprovar na Câmara a reforma da Previdência.” (CALGARO, 2017) a reforma a qual rendeu um jantar com o intuito de convencer deputados a aprovar a mesma, tinha como principal mudança a idade mínima para aposentar, que passou a ser 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, e 60 anos para professores de ambos os sexos, sendo o tempo mínimo de contribuição 15 anos para mulheres e 20 para homens. A segunda reforma, sendo essa mais importante de analisar neste capítulo, se trata da reforma trabalhista. No dia em que a reforma entra em vigor, Michel Temer (2017) afirmou que as mudanças iriam ampliar horizontes para todos aqueles que procuravam por trabalho no Brasil, acelerando a recuperação de empregos no país.

A nova Lei Trabalhista sancionada contava com o “contrato intermitente”, onde o empregador poderia contratar os trabalhadores apenas quando julgasse necessário, e esses trabalhadores por sua vez poderiam criar vínculos trabalhistas com mais de uma empresa. É através dessa relação que surge a ilusão da negociação entre patrão e empregado sobre vários direitos trabalhistas como horário de almoço, férias, e horas extra.

A principal premissa da reforma trabalhista, que entrou em vigor no dia 11, é a prevalência do negociado sobre o legislado. Mas esse é justamente um dos pontos mais criticados por entidades de classe, sindicatos e advogados, que acreditam que o trabalhador é a parte mais vulnerável na mesa de negociação. (BRÊTAS, 2017)

É possível, de uma maneira prática, analisar se negociação entre patrão e empregado realmente funciona observando a fala de um dos entrevistados em duas

17 O grito “Fora, Temer” era constantemente usado por todos aqueles que não se sentiam representados pela figura do presidente ilegítimo Michel Temer durante seus quase 3 anos de mandato.

perguntas, primeiramente “Considerando cada governo, no período de Lula a Bolsonaro, quais as principais mudanças na relação entre patrão e empregado?”, o trabalhador responde que:

Mudou muito. Quando o Lula era presidente gente tinha liberdade de reclamar mais, eu via como que funcionavam as coisas, não que necessariamente a gente ia conseguir tudo que queria, mas a gente tinha espaço pra brigar, o sindicato tinha espaço pra conversar. Porque o sindicato briga muito com o patrão, né? E agora nesse governo, depois que passou do governo Lula, a Dilma foi meio fraco também, já não foi tanto como o Lula, do Bolsonaro então... O Bolsonaro, eu entendo, opinião minha mesmo, ele é 100% patrão. Ele prefere ajudar o patronato, em várias entrevistas que eu vi dele, que ele prefere ajudar o patronato do que ajudar o trabalhador. Se sentar numa mesa o empregado e o patrão, se o sindicato não estiver lá atrás, o empregado tá sozinho, ele não tem força, porque o patrão ele tem como argumentar, agora o empregado não tem, o argumento do empregado quem traz é o sindicato, o sindicato que fica por trás ajudando o empregado, o patrão tem todo recurso. Na época do presidente Lula tinha muito mais segurança, muito mais liberdade pra você brigar por alguma coisa, porque o Lula, por ele ser sindicalista, embora a política atrapalhou bastante, porque ele veio lá do sindicato, de baixo, ele dava muita força pros empregados lutar contra o patrão. Ele apoiava bastante o sindicato, o sindicato começou a perder quase que toda a força mesmo depois desses governos do Temer, até da Dilma o sindicato não tinha tanta voz. (ROSSETO, 2020, grifo nosso)

E a segunda pergunta “Você acredita que atualmente o setor fabril tem um bom reconhecimento e valorização entre os empregadores? Se não, o que você que poderia ser mudado para melhorar isso?”, e o outro trabalhador responde:

A resposta é NÃO. Eu acho que teria que fortalecer o sindicato, e o que estão fazendo é o contrário, eles estão desvalorizando o sindicato, eu acho que da Dilma pra cá realmente o sindicato perdeu muito. Quem tá mandando mais é o patronato, o patronato é que tá mandando mais e decidindo mais, e quando o patronato decide, o empregado perde, você entendeu? Eu acho que vai ser difícil retomar, porque agora essa política do governo Temer pra cá a tendência é acabar realmente com o sindicato, é não ter mais sindicato, é que eles não conseguem eliminar de vez, mas aos pouquinhos eles estão conseguindo pelo diminuir a voz do sindicato, e o sindicato quando é fraco, os trabalhadores não ouvem. É preciso que o sindicato seja forte, atuante, presente na porta da fábrica, quando eles conclame por uma greve, ele tem que ter condições de convencer o pessoal a fazer greve. Se o sindicato é fraco, com uma mentalidade fraca e muita política no meio, dificilmente o pessoal vai fazer greve. E, na minha opinião, os empregados só conseguem alguma coisa quando eles enfrentam o patrão, se não enfrentar não tem jeito, entendeu? (ROSSETO, 2020, grifo nosso)

O segundo trabalhador diz:

Eu acredito que sim, pelo menos enquanto você tá trabalhando pra eles lá tá bom, né? Se uma hora ou outra você pisar na bola, aí você deixou de servir. Todos os lugares é assim, se você tá trabalhando direitinho, se tá servindo eles direito, você é um bom funcionário, mas se uma hora ou outra você pisar na bola, já deixa de ser um bom funcionário. (NETO, 2020, grifo nosso)

Primeiramente, na fala do entrevistado *Miguel* é possível notar como, na opinião dele, o trabalhador foi perdendo a segurança ao precisar reivindicar seus direitos, e se sentindo cada vez mais desvalorizado, pois como o mesmo disse, os chefes de estado não estão interessados no bem-estar do trabalhador, e sim do “patronato”. O avanço do neoliberalismo e suas políticas vêm, ao longe desses anos, contribuindo para o desmonte de direitos da classe trabalhadora e dos mais pobres. O Estrado trabalha com a punição quando, por exemplo, criminaliza movimentos sociais, reivindicações populares, ele vem há anos e continua contribuindo para a desregulamentação de direitos e leis trabalhistas. Esses ataques, desmontes, criminalizações causam a fragilização de movimentos e organizações que antes eram muito fortes, inclusive na esfera trabalhista.

A reestruturação produtiva vem sendo conduzida com o ajuste neoliberal, que implica a desregulamentação de direitos sociais, no corte dos gastos sociais e apelo ao mérito individual. A palavra de ordem da reestruturação produtiva é flexibilidade – acumulação flexível - para alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo. [...] Dessa forma, a atual configuração do capital determina novas modalidades de reprodução da força de trabalho, ancoradas principalmente nos processos de privatização, focalização e descentralização das políticas sociais. Nesta ótica, a estratégia neoliberal de reprodução da força de trabalho consiste em implementar políticas sociais que consigam integrar os indivíduos, já que, em sua visão, o trabalho assalariado não tem mais essa capacidade. É esta perspectiva que vem determinando as tendências das políticas sociais no Brasil, que em oposição à universalização e a integração com as outras esferas da seguridade social, passando a ser centralizadas em programas sociais emergenciais e seletivos, enquanto estratégias de combate à pobreza. (PEREIRA; SILVA; PATRIOTA, 2006, p. 9-10)

Por esse motivo, é extremamente interessante notar o reconhecimento do trabalhador ao falar do sindicato, tanto em sua primeira quanto em sua segunda resposta, e a representação que a união sindical tem para a classe trabalhadora, como a voz mais poderosa no momento em que é preciso entrar num embate com o empregador. Ao mesmo tempo é triste notar como *Miguel* identifica o enfraquecimento do sindicato durante os governos, e as consequências que esse desmonte traz para os trabalhadores fabris.

Já com a resposta de *Luiz Antônio*, é notável como os dois trabalhadores têm perfis diferentes sobre o que é ser valorizado. O primeiro não hesitou em me responder um forte “não”, já o segundo entrevistado acha que sim, são valorizados, ao mesmo tempo em que reconhece quão descartável a classe trabalhadora é, já que

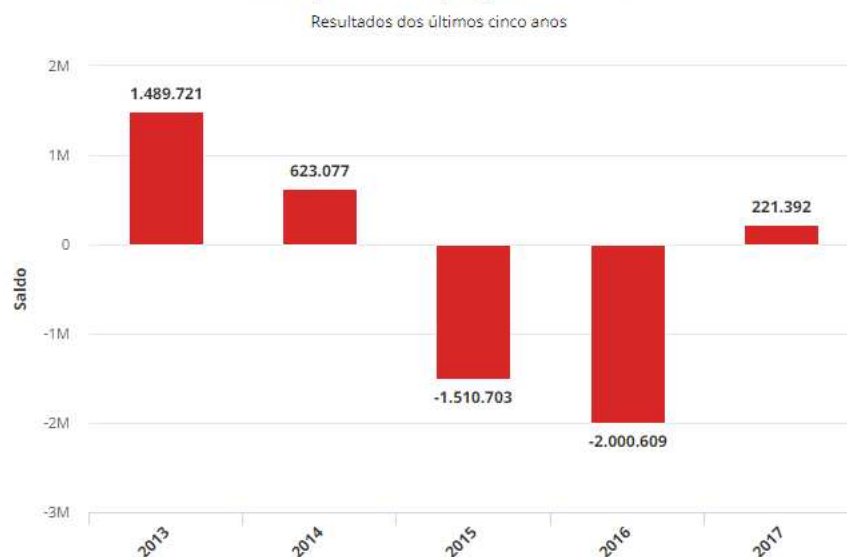
conclui só ser útil para o patrão enquanto o trabalho está sendo bem executado. O sociólogo Ricardo Antunes, em uma entrevista para o site de notícias Brasil de Fato, fala sobre essa reforma:

Dá para dizer que ela [a reforma] escravizou. Na escravidão, o senhor de escravo comprava o escravo, na terceirização ele aluga. A contra Reforma Trabalhista do Temer [veio] para quebrar a espinha dorsal da CLT. A prevalência do negociado sobre o legislado. A ideia de flexibilidade da jornada e do salário. A piora das condições de salubridade. Até coisas perversas, como as trabalhadoras e os trabalhadores tem que comprar seus uniformes. O transporte antes era uma obrigação das empresas, não é mais. A restrição da Justiça do Trabalho. (ANTUNES, 2019)

Ainda na mesma entrevista, Ricardo cita o sindicato como um dos principais elementos para a superação das dificuldades advindas dessa precarização que a Reforma Trabalhista trouxe “Nós temos três ferramentas: sindicatos, partidos e movimentos sociais. Algumas delas estão bem enferrujadas, mas eu não jogo nenhuma ferramenta fora se não tenho uma melhor” (ANTUNES, 2019).

A caráter de ilustração, mais uma vez será apresentado um gráfico do Ministério do Trabalho sobre a geração de empregos nos anos de 2016 e 2017:

GRÁFICO 2 – DADOS SOBRE A GERAÇÃO DE EMPREGOS
Geração de emprego no Brasil



Fonte: Ministério do Trabalho

Fonte: Reprodução/Ministério do Trabalho

Segundo dados do Ministério do Trabalho (2018) o Brasil gerou, no ano de 2017, 221.392 novos empregos com carteira assinada. Observando a tabela acima, podemos notar que houve uma recuperação em relação aos dois anos anteriores, onde os índices foram negativos. Lembrando que foi no ano de 2017 que a Lei Trabalhista entrou em vigor, e os efeitos disto para a classe trabalhadora têm sido

observados ao decorrer deste capítulo, principalmente nas narrativas dos entrevistados, todavia, aprofundaremos mais adiante.

Para dar continuidade a análise sobre a geração de empregos durante os anos de gestão de Michel Temer usaremos como base uma matéria de Luciana Amaral (2018) para o site UOL, onde são apresentados dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (GAGED), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fazer uma comparação entre os níveis de empregos entre 2016 e 2018.

Nessa matéria, Luciana (2018) afirma que Michel Temer teria omitido a queda de empregos com carteira assinada no Brasil durante intervalo de maio de 2016 a março de 2018, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de acordo com o dispositivo, houve uma redução de 716.894 vagas durante o ano período. Luciana também cita, nesta mesma matéria, a existência de uma cartilha a qual contém o balanço dos dois anos de governo Temer. Há nesta cartilha um trecho intitulado “Os empregos estão de volta”, onde é destacado o aumento de 204.064 mil novos postos de trabalhos formais durante 2018, este número é real, porém, o trecho omite os dados totais dos anos em que Temer estava na presidência.

Nessa cartilha não é feita a comparação do nível de desemprego no do período em que Temer assumiu, que era 11,2% (equivalente a 11,4 milhões de pessoas), e de março do seu último ano de mandato, o qual porcentagem de desempregados chegou a 13,1% (13,7 milhões de pessoas), ou seja, durante o início de seu mandato até o início do seu último ano na presidência, houve um aumento de 1,7 milhões de desempregados.

Sendo assim, no último ano de seu governo, Temer não bateu nem um quarto da meta proposta em relação a geração de empregos, segundo o IBGE (2018), ao final de 2018 havia no Brasil 12,5 milhões de desempregados. Desta forma, podemos observar que, além de enfraquecer os sindicatos, a Reforma Trabalhista trouxe com ela a precarização do trabalho.

Essa reforma não ia gerar emprego; ela só aumenta a precarização, o trabalho intermitente, as pessoas podem contratar do jeito que quiser. Os salários estão baixos e vão baixar mais ainda porque é o objetivo deles. Essa história do desemprego é uma decisão política deles. (CAYRES apud GUIMARÃES, 2019)

Para finalizar este capítulo, chegamos ao atual presidente, Jair Messias Bolsonaro (atualmente sem partido¹⁸), que no dia 28 de outubro de 2018 disputou e venceu, no segundo turno, o candidato Fernando Haddad (PT). Tenho, até o presente momento (outubro de 2020), dois anos para analisar os níveis de emprego durante o governo de Bolsonaro.

Entretanto, antes de entrar propriamente na análise das nuances no nível de desemprego durante o governo Bolsonaro, acho pertinente trazer alguns aspectos que foram agravados durante o governo de extrema direita, neoliberal, conservador, anti-laico¹⁹, e genocida de Bolsonaro.

O atual governo apoia políticas neoliberais, e como já foi citado anteriormente, o neoliberalismo vai ao encontro a ações que contribuem para o desmonte de políticas públicas, a necropolítica²⁰, a alienação e intimidação da população. Falaremos de maneira breve sobre as mazelas que estamos enfrentando atualmente além da pandemia do novo COVID-19, como o aumento da fome, a pobreza, e o conservadorismo acompanhado de uma intolerância que engloba todas as esferas.

Em uma matéria feita para jornal eletrônico Valor Econômico, os autores Saraiva e Boas (2020) trataram de uma notícia sobre a fome no Brasil. A matéria aponta que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre o período de 2017 e o ano de 2018, o Brasil chegou a marca de 10,284 milhões em situação de insegurança alimentar grave (fome). Em 2019 o presidente Jair Bolsonaro chegou a dizer em uma entrevista que é uma “grande mentira” falar que pessoas passam fome no Brasil, segundo o presidente “Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora passar fome, não. Você não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países por aí pelo mundo.” (BOLSONARO, 2019) Também no ano de 2019 Bolsonaro extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) que era extremamente importante no auxílio de monitoramento das pessoas que passavam fome no Brasil.

Por meio da Medida Provisória no 870 (MP 870) 7, editada pelo presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro dia de governo, o CONSEA foi extinto, o que fragiliza sobremaneira o funcionamento do SISAN e compromete processos de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas de governo. Isso é particularmente preocupante em um cenário de crise

18 “O presidente Jair Bolsonaro informou nesta terça-feira (12) em uma rede social que decidiu deixar o PSL e criar um novo partido, chamado Aliança pelo Brasil.” (MAZUI; RODRIGUES, 2019)

19 “Vamos ter no Supremo Tribunal Federal um ministro terrivelmente evangélico. [...] Bolsonaro disse, sob aplausos, aos presentes para imaginar as sessões “daquele Supremo Tribunal Federal começar com uma oração”.” (MACHADO, 2020)

20 “Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer.” (FERRARI, 2019)

econômica aliada a uma política de austeridade fiscal, marcado pelo desmonte de políticas sociais e pelo estancamento ou piora de indicadores sensíveis à degradação das condições de vida: recrudescimento da mortalidade infantil, interrupção do processo de diminuição da desigualdade de renda e de raça, aumento do desemprego e da pobreza (com indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome), recrudescimento da violência no campo, entre outros. (CASTRO, 2019, p. 2)

Além do aumento da fome e pobreza no Brasil, a violência e a intolerância, sendo ela religiosa, social, política, racial ou sexual, também tem crescido. Em sua campanha eleitoral em 2018, o atual presidente Bolsonaro disse “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein?” enquanto fazia gestos de fuzilamento segurando um tripé, esse é apenas um exemplo de várias outras atitudes e falas em que Jair Bolsonaro incita a violência, seja ela contra um grupo político diferente do dele, contra pessoas de sexualidade diferente, ou contra algum repórter que faça alguma pergunta que não o agrade.

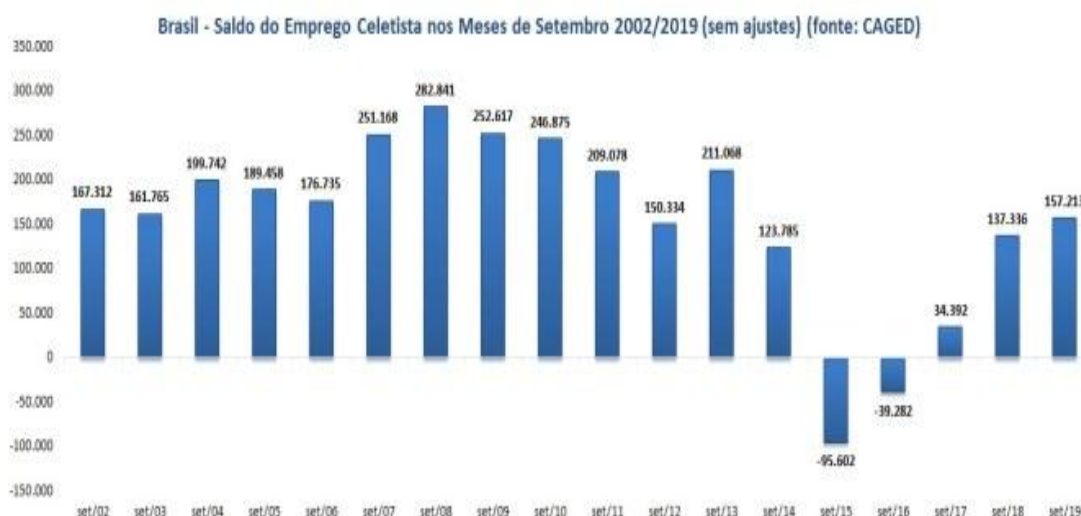
Quando temos na presidência do nosso país um homem tão agressivo e intolerante quanto Bolsonaro, parte da população, e principalmente seus eleitores, se sentem seguros e no direito de praticar violência contra o próximo. A intolerância religiosa merece destaque como uma das que mais cresceu no Brasil em 2019:

Só no primeiro semestre de 2019, houve um aumento de 56% no número de denúncias de intolerância religiosa em comparação ao mesmo período do ano anterior. A maior parte dos relatos foi feita por praticantes de crenças como a Umbanda e o Candomblé. (SOUZA, 2020)

Portanto, após apresentarmos alguns posicionamentos importantes do atual presidente, podemos compreender que estes também impactaram em suas atitudes, no que se refere a economia e ao social, por conseguinte afetaram e muito os trabalhadores, independente da categoria empregado e desempregado. As reformas aplicadas flexibilizam e precarizam ainda mais as relações de trabalho, assim como não asseguram ou proporcionam emprego aos milhões de desempregados que se submetem a qualquer oportunidade, as quais em sua maioria não oferecem condições dignas para exercer sua função laboral.

Ao comparar o resultado do primeiro ano de Bolsonaro como presidente com o período de governo Temer, é possível acompanhar um aumento de vagas de emprego, porém, ainda é menor do que o número gerado durante os primeiros anos de Lula e Dilma. Com o gráfico abaixo é possível visualizar essa afirmação:

GRÁFICO 3 – TAXA DE EMPREGO CELETISTA



Fonte: Reprodução/CAGED (2019)

Em setembro de 2003, primeiro ano de Lula, o saldo era de 161.765 mil novas vagas ocupadas, e em setembro de 2011 era de 209.078 mil, enquanto em setembro de 2019, primeiro ano de Bolsonaro, o número é de 157.213 mil, e ainda assim, este foi o melhor número desde 2013.

Os números foram comemorados por Bolsonaro, no Twitter: “MAIS EMPREGOS: segundo dados do Caged, foram gerados, em setembro, mais de 157 mil novos postos de trabalho, o melhor resultado para o mês em 6 anos”. O recorte é proposital, quando comparado com a Era Lula, Bolsonaro perde sempre. Em setembro de 2003, o Brasil gerou 161 mil empregos com carteira assinada. De setembro de 2007 a setembro de 2011 a geração de empregos sempre esteve acima dos 200 mil. Aí incluindo Lula e Dilma. (RAMIRES, 2019)

O ano de 2020 vem sendo um dos anos mais difíceis em vários aspectos, pois logo em março o país tem a necessidade de parar. As consequências das medidas de proteção (extremamente necessárias, aliás) que tiveram que ser tomadas para proteger a população contra a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), refletiu em todas as áreas do nosso país, e não foi diferente quanto a geração de empregos, segundo o IBGE (2020) nesse segundo trimestre, há no Brasil 12,8 milhões de desempregados. Ainda assim, não é prudente e muito menos certo atribuir o aumento do desemprego as outras crises a pandemia. Apesar de ser sim um momento difícil que estamos enfrentando, a combinação de um governo de extrema direita, que apoia políticas neoliberais, e, além disso, ainda estar enfrentando uma pandemia, agrava e explana um desemprego que já é estrutural no Brasil, portanto vincular todas as mazelas que estamos vivendo atualmente ao novo COVID-19 é impertinente e perigoso, pois renuncia a responsabilidade do atual governo na trabalho de combater as atuais crises políticas, econômicas e sociais.

Com a necessidade de dar uma pausa em qualquer outro tipo de emprego que não fosse essencial, levou muitos empregadores a fecharem seus estabelecimentos e cortar o máximo de gastos possíveis para sobreviver a esse período, e a classe que mais sofreu com isso foi a trabalhadora.

O desemprego diante da pandemia do novo coronavírus teve alta pela 4ª semana consecutiva com o **fechamento de cerca de 2 milhões de postos de trabalho neste período**. É o que aponta um levantamento divulgado nesta sexta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o levantamento, cerca de **11,9 milhões de brasileiros estavam desempregados** na segunda semana de junho, o que representa um aumento de, aproximadamente, **700 mil trabalhadores a mais na fila por um emprego no país na comparação com a semana anterior**. (SILVEIRA, 2020, grifo nosso)

Diante dessa conjuntura, o Brasil vem adotando maneiras de reabertura da economia, mesmo que os números de casos e mortes pelo COVID-19 ainda seja preocupante. Porém, segundo técnicos do IBGE (2020), ainda com a reabertura, a tendência é que o desemprego continue crescendo.

De acordo com o diretor adjunto de pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, essa tendência de alta na taxa de desemprego (12,4% em junho) existe porque o número de novos postos de emprego nos próximos meses vai atenuar, mas não vai superar ou compensar o contingente que vai voltar a buscar empregos em um cenário sem isolamento social. (BIZNEWS, 2020)

Em outras palavras, as mazelas impostas pelo capitalismo ficaram mais expostas, nada é novo, não há uma fome ou pobreza ou desigualdade ou desemprego novos, tais expressões da questão social sempre existiram, mas naturalizavam-se diante do fetiche alienante da sociedade. O COVID-19 não escolheu classe social, cor ou o gênero, embora tenha seu impacto diferenciado para quem mora na favela e quem tem saneamento básico e convênio médico, logo trouxe à tona as “fragilidades capitalistas” de forma mais clara, conseqüentemente muitas serão as sequelas deste momento não só na saúde, mas também no socioeconômico.

Nesta perspectiva, possuir um líder que considera este vírus algo simples e superável de forma imediata, torna-se preocupante e desafiador para os movimentos de luta e para sociedade como um todo.

O último capítulo irá abordar como a má condição de vida desses trabalhadores que citamos no capítulo presente, irá afetar na prática do Serviço Social, somando isso ao momento que estamos vivendo, onde políticas neoliberais estão cada vez mais fortes e presentes no nosso cotidiano.

4 SERVIÇO SOCIAL E A MÁ CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES: A REALIDADE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Neste último capítulo abordaremos principalmente a prática do assistente social, seus desafios, conquistas e dificuldades perante às mudanças nas condições de vida dos trabalhadores, enfatizando os trabalhadores fabris. Para desenvolver essa reflexão, serão utilizadas referências bibliográficas, e as respostas fornecidas pela assistente social entrevistada, a qual atua no setor fabril, contribuindo na esfera prática e teórica da escrita do presente capítulo.

Antes de iniciar a reflexão sobre como a condição de vida dos trabalhadores afeta na prática do assistente social com base nas respostas da assistente social entrevistada, é necessário abordar brevemente a prática do Serviço Social de maneira geral, levando em conta essa atuação no cenário do sistema capitalista que vivemos.

O sistema capitalista interfere diretamente na ação profissional dos assistentes sociais, pois estes fazem parte da classe trabalhadora e porque o conjunto de suas expressões tornam-se objeto de seu trabalho. Por estar inserido na realidade do sistema capitalista é necessário, além de acompanhar as mudanças que ocorrem no cotidiano da sociedade, que a ação profissional seja pautada através de uma visão crítica da realidade contemporânea.

Atualmente o Serviço Social está inserido num contexto onde existem diversas expressões das questões sociais, pois elas vêm aumentando significativamente. Diante desse cenário, os assistentes sociais têm por foco principal, em seus desafios profissionais, a permanente capacitação, para

então agir como ator protagonista na implementação de políticas sociais. (WEGRZYNOVSKI, 2015, p. 27)

Para além, é necessário que o profissional tenha segurança do seu projeto ético-político, no intuito de combater as imposições capitalistas que coíbem ações de transformação e mudanças na sociedade. Inúmeras são as maneiras do sistema capitalista nos moldar ou alienar levando a intervenções mecânicas e conservadoras que naturalizam as expressões da questão social. Nesta direção, a importância do enfrentamento das dificuldades presentes no cenário atual, Iamamoto (1998) diz:

(...) redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. (IAMAMOTO, 1998, p. 53)

A fim de iniciar a reflexão proposta neste capítulo, com base nas respostas da assistente social entrevistada, a primeira pergunta foi: *Você já trabalhou em alguma outra área do Serviço Social? Se sim, qual as diferenças da prática profissional entre essas áreas?* A assistente social respondeu:

Já trabalhei, fiz um estágio de observação no segundo ano, numa organização não governamental²¹ aqui de Caçapava, que é a cidade que eu moro. E essa organização era voltada pra atendimentos de famílias com crianças com deficiência motora grave, normalmente cerebral. Com o estágio de observação eu não consigo balizar muito afundo, porque foi um estágio breve, do qual eu basicamente observava o que a assistente social fazia. O que eu posso destacar de diferenças é realmente mais um caráter socioeconômico, para, por exemplo, inclusão da pessoa em um determinado benefício nesse programa, nessa instituição, eles tinham uma articulação muito maior com os poderes públicos no sentido de busca de direitos, que hoje no setor privado eu não tenho tanto. Agora os instrumentais eram os mesmos, você tinha visitas, você tinha relatórios, você tinha atendimento individual, oficinas de grupo, então os instrumentais eu percebo que eram os mesmos, mas o tipo de articulação que você cria eram diferentes. (IGNÁCIA, 2020, grifo nosso)

No depoimento a assistente social entrevistada cita ter tido uma maior articulação com o setor público em seu período de estágio, se comparado a sua atual área de atuação. Sem ter conhecimento sobre quais direitos são assegurados aos trabalhadores da empresa qual a mesma atua, essa informação passa a ser preocupante a partir do momento em que refletimos sobre qual maneira a profissional

21 “Organizações Não Governamentais (ONGs) são entidades que não têm fins lucrativos e realizam diversos tipos de ações solidárias para públicos específicos. Elas podem atuar nas áreas da saúde, educação, assistência social, economia, ambiente, entre outras, em âmbito local, estadual, nacional e até internacional.” (SEBRAE, [s.d.]

utiliza para lutar pelo acesso aos direitos da classe trabalhadora, já que sua atuação está limitada pela empresa a qual exerce a profissão. Uma possibilidade de superação dessa dificuldade seria a utilização da relativa autonomia profissional, ao exigir o seu envolvimento em movimentos trabalhistas, ou maior contato com os trabalhadores, para que deste modo ela consiga estar ciente sobre como caminha o bem-estar social da classe trabalhadora na empresa a qual ela trabalha.

Ainda sobre seu contato com o setor público, *Ignácia* fala um pouco mais em outra pergunta feita na entrevista:

Bom, como eu disse, pelo menos na minha atuação, eu não tenho tanta interlocução com os poderes públicos, quando você está numa empresa muito grande, como a que eu estou, a gente acaba ficando muito setorizado, você separa muito as ações, o que não acontece quando você trabalha em empresas menores, as vezes o assistente social que trabalha em empresas menores, ele acaba acumulando funções. Quando eu falo de atuação, por exemplo, junto a sindicatos, junto ao Ministério do Trabalho, eu percebo que lá na empresa que eu atuo, eu não tenho esse alcance, quem faz é as relações trabalhistas, setor jurídico, a gente [Serviço Social] não tem esse alcance com o poder público. (IGNÁCIA, 2020, grifo nosso)

A eficácia dos direitos não depende apenas das articulações e estratégias profissionais, mas conta também com a criação e o bom desempenho de políticas desenvolvidas pelo Estado, e de uma boa ação profissional, com estratégias e articulações. Segundo a Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), algumas competências profissionais envolvem ações como pensar, junto a órgãos públicos, políticas sociais, prestar orientações à população na luta pela defesa de seus direitos, planejar e administrar benefícios e Serviços Sociais, entre outras intervenções.

Ignácia fala sobre como em empresas grandes as funções de cada profissional fica muito “setorizado”, e por esse motivo não tem uma atuação junto ao sindicato. É preocupante refletir sobre como uma profissional do Serviço Social, pertencente a classe trabalhadora, vai lutar junto a esses trabalhadores fabris em busca do bem-estar dos mesmos, contra a precarização e a busca pela garantia de seus direitos, sendo que a profissional não consegue alcançar esse grupo de trabalhadores no lugar em que atua.

Entender as estratégias do mercado de destituição dos espaços de representatividade e organização coletiva da classe trabalhadora, enquanto meios de dominação econômica e ideológica, consiste como elemento indispensável para apreendermos as táticas de controle sobre os grupos minoritários. [...] Lutar por sindicatos com forte representatividade, se faz essencial para enfrentarmos as limitações impostas pelo sistema, materializando espaços de construção coletiva que nos permitam compreendermos enquanto atores sociais e políticos, capazes de realizar as transformações sociais necessárias. (CARLOS, 2019, p. 10)

A citação acima trata um pouco sobre a importância dos sindicatos como espaço e organização de trabalhadores que lutam contra os desmontes e as precarizações das relações trabalhistas. É essencial que haja a atuação, acesso e participação dos assistentes sociais junto a essas organizações, para que deste modo seja possível de fortalecer essas construções coletivas e garantir, junto a esses trabalhadores, o acesso a seus direitos trabalhistas e sociais.

É importante ressaltar também o trecho em que a entrevistada diz ter utilizado dos mesmos instrumentos em suas duas experiências profissionais, como entrevista, visitas, relatórios, oficinas em grupo e atendimento individual. Apesar de, em sua dimensão técnico-operativa, ela ter utilizado dos mesmos instrumentos, vale destacar que estes instrumentos são aplicados conforme a finalidade que o profissional pretende alcançar.

Como os instrumentos são considerados meios de se alcançar uma finalidade, ao escolher um determinado instrumento de ação o profissional deve ter clareza da finalidade que pretende alcançar: se está coerente com as finalidades da profissão e se o instrumento escolhido permitirá a efetividade de tais finalidades – sabendo que essa efetividade é aproximativa. Por isso, o profissional deve estar em sintonia com o movimento da realidade, considerando as particularidades dos diferentes espaços em que intervém e, também, estar orientado pelos fundamentos e princípios éticos que norteiam a profissão. (SANTOS, 2013, p. 4)

Portanto, os instrumentais são utilizados pelos profissionais de acordo com as demandas com as quais eles trabalham, e cabe a eles analisarem a cada situação para além do imediato, considerando a realidade em que estão inseridos. Além disso, a utilização dos instrumentais vai muito além apenas de executá-los, conta também com a criatividade do profissional, e a ciência da sua relativa autonomia ao pensar em técnicas e estratégias capazes de atender da melhor maneira as demandas dos usuários.

A fim de adentrar na discussão sobre a atuação da assistente social no setor fabril, citaremos a seguir a resposta da profissional para a seguinte pergunta: *O que você enxerga de benefício na presença de uma Assistente Social no setor fabril?*

Eu estava conversando sobre isso com um amigo essa semana porquê: há uma discussão a respeito da possibilidade de outros profissionais, ele por exemplo trabalha numa instituição onde existe um psicólogo, e esse meu amigo acha que algumas funções do assistente social, o psicólogo poderia fazer. O que eu acredito muito, o assistente social tem uma formação mais generalista e você tem uma base muito ampla, principalmente para compor a análise de conjuntura, como por exemplo, história, filosofia, economia, estatística, eu acredito que esse profissional ele acaba sendo diferenciado, em qualquer ambiente, não só no fabril, porque ele consegue ter uma visão de tudo, uma visão

mais integrada dos diferentes poderes ou dos diferentes fatores de uma determinada situação. E ele é um profissional da ação, ele não é um profissional só teórico, que vai olhar e teorizar a respeito daquilo, ele vai olhar, ler à partir da teoria e ele vai agir a partir disso, dessa análise, dessa formação que ele tem, dessa visão amplificada, dessa análise de conjuntura, então esse eu acho que é o grande diferencial para qualquer instituição que tenha um profissional do Serviço Social no quadro. (IGNÁCIA, 2020, grifo nosso)

Com base nesta resposta, a assistente social demonstra como, em sua opinião, a presença do Serviço Social é essencial em qualquer instituição, pois é um profissional que ao partir da realidade encontrada une teoria e prática para sua intervenção. Além disso, *Ignácia* cita que um amigo considera que a ação exercida pelo Serviço Social poderia ser feita pelo psicólogo, mas ao falar sobre a formação generalista dos assistentes sociais, a qual possibilita uma leitura do todo e dos diferentes fatores que estão presentes em uma determinada situação, remete a

[...] é importante reafirmar atribuições específicas e particularidades que caracterizam essa profissão, bem como legitimar competências que temos logrado serem socialmente reconhecidas e ampliá-las, sem contudo nos descaracterizarmos como profissão. (PRATES et al., 2012, p. 185)

As questões abordadas por *Ignácia* nesta resposta são importantes de se analisar, tanto sobre a delegação de funções que não cabem ao Serviço Social ou a invisibilização de função que só podem ser feitas pelo mesmo, tanto quanto a relevância que há nessa visão de totalidade intrínseca nos assistentes sociais.

Ressalta-se que essa forma de entender a realidade apoia-se na teoria social de Marx e sua tradição, a qual estabelece as bases para a compreensão das questões ontológicas na medida em que afirma os fenômenos como dotados de uma realidade em movimento, na sua relação dialética entre unidade e multiplicidade, conteúdo e forma, aparência e essência. Nesse sentido, a realidade não emerge como algo estático, mas como algo essencialmente dinâmico. (SILVA, 2016, p. 11)

Portanto, essa análise da totalidade que acompanha grande parte dos profissionais do Serviço Social que têm sua formação e atuação baseada na teoria marxista, nos permite pensar em todos os fatores que estão vinculados a existência humana inserida em uma sociedade pertencente ao sistema econômico capitalista, saindo daquilo que está na aparência, para chegar a sua essência.

Dando continuidade as análises das respostas dadas pela assistente social, abordaremos agora as demandas mais recorrentes no setor fabril. Para obter esta informação, a pergunta feita a *Ignácia* foi: *Durante seu período de trabalho, quais foram as principais demandas apresentadas pelos trabalhadores fabris?*

Bom, como eu trabalho numa empresa privada, que não tem uma característica efetivamente de baixa renda, lá a gente acaba atuando muito em relação de concessão de benefícios de saúde. Então eu atuo muito, por exemplo, em procedimentos não cobertos, no acompanhamento de casos graves de doenças, de cuidados paliativos, às vezes numa queixa em relação ao adoecimento ligado ao trabalho, no acompanhamento de empregados afastados por motivos de doenças, seja trabalhista ou não, como que a gente apoia nesse processo de recuperação. Então as principais demandas que os empregados trazem são essas, além disso, tem também a atuação preventiva em ações de saúde, seja de tabagismo, melhoria na alimentação e do controle de doenças correlacionadas a obesidade, etc. (IGNÁCIA, 2020, grifo nosso)

Nesta resposta, a entrevistada traz uma característica que também foi citada na primeira resposta exposta no presente capítulo, que é a questão socioeconômica dos usuários atendidos por ela na fábrica em que atua. Através de ambas as falas, é possível perceber particularidades em relação aos órgãos os quais ela tinha mais contato, sendo que em seu período de estágio a entrevistada cita um trabalho mais junto à esfera pública, e atualmente, no setor privado, a mesma desenvolve trabalhos ligados às demandas particulares dos trabalhadores fabris. Sendo essas principais demandas relacionadas a acompanhamentos envolvendo a área da saúde, tanto no processo de recuperação de trabalhadores, quanto no acesso a consultas médicas, ou prevenção a doenças ou dependências, e resgatando a afirmação de *Ignácia* sobre não ter envolvimento com a organização sindical ou com qualquer grupo de trabalhadores que reivindicam direitos, dificulta a noção sobre quais direitos trabalhistas são ou não assegurados aos trabalhadores da empresa a qual a assistente social atua. Além disso, se tratando de uma grande empresa, que obviamente está inserida em um sistema capitalista, associar este interesse em cuidar da saúde dos trabalhadores com a chance de otimizar a própria produção fabril é inevitável. Sobre a possibilidade da empresa de *Ignácia* investir tanto em desenvolver ações relacionadas a saúde para benefício próprio:

Além disso, muitos desses programas são estruturados em função das consequências nocivas das mudanças efetuadas na produção sobre as condições de vida e de trabalho, como o aumento do desgaste e da instabilidade, que associam antigas doenças profissionais com novos distúrbios e patologias vinculadas ao sofrimento psíquico e às psicopatologias (cf. MELO et. al., 1998). Com isso, há uma reatualização da intervenção do assistente social na prevenção de acidentes e doenças, bem como uma revalorização das atividades desportivas e recreativas, voltadas para o ombate ao “stress”. (AMARAL; CESAR, s,d, p.18)

Apesar disso, um elemento da condição da vida dos trabalhadores fabris que tem reflexo na ação profissional da assistente social, neste caso, é o trabalho desenvolvido para prevenir doenças. A saúde esteve presente como a principal

demanda trazida por *Ignácia*, portanto, trabalhar na prevenção de doenças ou dependências foi uma estratégia pensada pela assistente social para responder a uma demanda tão recorrente como esta.

Após uma pesquisa sobre a atuação de assistentes sociais em empresas e fábricas, é possível fazer uma comparação entre as ações feitas pela da assistente social entrevistada na empresa em que atua, e o trabalho da categoria em empresas de um modo geral. No texto, Amaral e Cesar ([s.d.], p. 3-4) relatam a contradição que há na atuação do assistente social em empresas, pois, na condição de trabalhador assalariado, eles desenvolvem estratégias que visam responder a problemas sociais determinados pelos empregadores em relação a necessidades básicas dos empregados. Mesmo assim, cabe ao assistente social usar de sua autonomia e visão crítica para desenvolver estratégias que visam fortalecer os interesses da classe trabalhadora.

Ainda no mesmo texto de Amaral e Cesar ([s.d.], p. 6) os autores relatam que foi a partir de 1990 que a atuação dos assistentes sociais começou a mudar drasticamente, consequência do avanço do capitalismo, sendo essa fase chamada de “acumulação flexível”. Essa fase, presente até os dias atuais, revelam a exigência de uma ação profissional que vem mascarada de um interesse em desenvolver os aspectos sociais, pessoais, profissionais e até mesmo espirituais da classe trabalhadora, mas que na realidade irá resultar no benefício da própria empresa. Ainda assim, é possível e necessário que os profissionais se apropriem de sua autonomia e estratégias para focar em benefícios voltados a classe trabalhadora.

Portanto, considerando esse potencial crítico e a relativa autonomia teórica, ética, política e técnica do assistente social, é possível direcionar o exercício profissional para os interesses fundamentais dos trabalhadores, em contraposição aos interesses de lucratividade e rentabilidade dos empresários no circuito da reestruturação capitalista, trabalhando o campo de mediações presentes na ordem burguesa, necessário à identificação de estratégias de ação que se articulem ao projeto ético-político da profissão. (AMARAL; CESAR, s,d, p.18)

Chegamos à penúltima resposta a ser analisada neste último capítulo, esta pergunta engloba três elementos que foram discutidos durante o desenvolvimento deste Trabalho de Graduação, sendo eles a atuação dos diferentes governos junto às políticas públicas, a atuação dos assistentes sociais, e a defesa dos direitos da classe trabalhadora. A pergunta foi: *Considerando os desdobramentos de cada governo, quais os principais impactos nas políticas públicas e na atuação dos assistentes sociais para a defesa dos direitos da classe trabalhadora?* Tendo esta como a maior resposta obtida, a assistente social respondeu o seguinte:

O que eu percebo de diferenças, principalmente nas políticas recentes de redução de direitos e de flexibilização, onde o trabalhador negocia direto com o patrão, a gente teve recentemente um encolhimento de direitos trabalhistas quanto a flexibilização das horas, quanto ao que é preciso indenizar ou não, quanto a ter que passar por sindicato ou não. Então isso eu percebo que acaba deixando os trabalhadores mais acuados enquanto pleitos. Às vezes ele nem reivindica o que ele precisa, o que talvez ele conseguisse até muito mais facilmente, mas porque ele já sente que ele tá num terreno que ele sente que não é pra fazer isso, principalmente se você tá numa crise como a gente tá vivendo hoje, é aquela coisa: se eu fico quieto, melhor! Eu percebo também de redução, e aí falando também como trabalhadora, é que há uma dificuldade muito grande de entendimento dos papéis da dialética do sindicato. Então, por exemplo, se você vai fazer uma assembleia, e hoje ela não é uma assembleia obrigatória, ela ocorre no pátio da empresa, mas você pode, se quiser, entrar pro seu trabalho, e eu percebo que quase ninguém fica, e essas pessoas precisam entender de que isso é importante. Por mais que haja acusações de que o sindicato é corrupto, mas a antítese, a oposição é extremamente necessária e sadia para a luta de classes, e se não tivesse oposição, mesmo que capenga, mesmo que podendo melhorar, eu não consigo avançar, pelo contrário, eu recuo. Então eu percebo que, de modo geral, eu vejo um trabalhador muito mais acuado, e essa coerção não ocorre diretamente, ela ocorre com “ô, tá difícil o emprego”, e uma falta de consciência mesmo de classe, uma falta de consciência quanto trabalhador para entender os papéis que são necessários nessa disputa, basicamente é isso. (IGNÁCIA, 2020, grifo nosso)

A entrevistada inicia seu depoimento relatando como esses desmontes que vêm acontecendo com o passar dos anos estão amedrontando os trabalhadores, e conseqüentemente os impedindo de se impor, de reivindicar, como se eles não tivessem direito de fazer isso. Segundo Iamamoto (2014) o espaço fabril sempre foi um local pertencente à classe operária revolucionária, perceber através da fala da assistente social como ela percebe esses trabalhadores, que costumavam ser reconhecidos por suas reivindicações de direitos, tão acuados, é preocupante.

“As empresas hoje não querem mais conciliação de classe, elas querem devastação”, Antunes (2019), durante uma entrevista, fala sobre como o avanço do sistema capitalista e a busca do patronato por lucro vem a cada dia mais desconsiderando as necessidades da classe trabalhadora em função do capital, sem ceder em nenhum momento, sem chance de conciliar o bem-estar do trabalhador, com o crescimento da empresa.

Ao explicar como todos os avanços que acontecem atualmente contribuem quase que essencialmente para o benefício do capital, como por exemplo, a tecnologia, Antunes diz:

Ou repensamos um projeto societário de um novo tipo, um novo modo de vida, e isso obriga a pensar um socialismo pro século XXI, ou nós vamos, daqui dez anos, ter mais intermitente, mais desempregados, mais precarizados, mais tecnologia avançada. [...] Quanto mais máquina você puser, e quanto

menos trabalho humano vivo você tiver, melhor para o capital. Mais produtivo, menos greve e menos luta. (ANTUNES, 2019, Informação Verbal)

Entretanto, Antunes (2019) explica como esta estratégia do capital de diminuir o trabalho humano e ampliar o trabalho morto, não consegue se sustentar por muito tempo, pois o sem trabalho vivo o capitalismo não gera mais-valia, não se reproduz. “Não é a tecnologia que desemprega, são as relações sociais capitalistas que criam uma tecnologia pra aumentar a produtividade e destruir a potência criativa do trabalho” (ANTUNES, 2019, Informação Verbal).

É de extrema importância destacar a valorização que a entrevistada dá ao sindicato, ainda com suas falhas, *Ignácia* fala muito sobre a força que tem o sindicato unido, com trabalhadores que escolhem participar de assembleias, que têm o entendimento da força que existe na união da classe trabalhadora. Outro aspecto interessante é seu relato sobre oposição, quanto menos a classe trabalhadora se opõe aos interesses dos patrões, mais desigual se torna a luta de classes, pois os empregadores vão avançando, e destruindo neste avanço a força da classe trabalhadora na luta pelos seus interesses. É curioso notar como, apesar de ter afirmado não manter relações com as organizações trabalhistas e sindicato, a entrevistada tem noção da importância que há na participação dos trabalhadores em movimentos coordenados por essa mesma classe. Isso pode estar ligado ao reconhecimento que a assistente social tem como pertencente da classe trabalhadora, identificando assim o peso que há na luta de classes, organização e união trabalhista.

Em 2018, no contexto de comemoração dos 25 do Código de Ética Profissional, o Dia do/a Assistente Social tem como tema: “Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora!”. A proposta é de mobilizar a categoria profissional, em conjunto com outros movimentos da classe trabalhadora a construir estratégias coletivas de resistência frente às contrarreformas engendradas pelo estado burguês que, ameaça as liberdades democráticas, restringe ao mínimo os investimentos em políticas públicas, põe em xeque a garantia de direitos e utiliza-se do poder político, midiático e da violência institucional para manter a elite dominante no poder. (MACHADO, 2018, s.p.)

Portanto, entendemos a necessidade da técnica procurar estratégias que possam buscar ações conjuntas aos movimentos dos trabalhadores entre eles o sindicato.

O trabalhador fabril entrevistado falou um pouco sobre sua experiência como sindicalista e sua visão sobre o sindicato atualmente:

Eu tava sempre envolvido com o sindicalismo. Nessa época eu lembro do José Dirceu, que tava com o Lula, ele ajudava muito a gente nas fábricas, tava junto com a gente, e sempre tinha alguém nos orientando. O sindicato era orientado, era consciente durante o tempo

que ele tava atuando, na minha época. O sindicato ainda é atuante, ainda está nas firmas, na cidade que eu trabalhei todas as firmas têm um sindicato que representa. E o sindicato dos metalúrgicos, é um dos sindicatos mais fortes que têm no Brasil, é o sindicato mais atuante, o que mais consegue brigar, só que não como era antes, hoje ele já tá mais fraco. [...] Antes a gente fazia greve pra conseguir o que a gente queria, e muitas vezes a gente conseguiu, por isso que o sindicato dos metalúrgicos foi muito forte nessa época. (NETO, 2020, grifo nosso)

É perceptível como a fala de *Luiz Antônio* corrobora o que *Ignácia* disse sobre a atual falta de interesse e força do sindicato. A reflexão sobre o porquê desse enfraquecimento das lutas trabalhistas atualmente nos leva a concordar com a fala da assistente social acerca do medo que se instaurou nos trabalhadores. A precarização, o aumento do desemprego, o sentimento de que aceitar um trabalho em más condições é melhor do que trabalho nenhum, está constantemente calando a voz da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o medo de perder o emprego está implícito nessa relação. Assim, o medo traz, como consequência, o enfraquecimento da ação sindical. É inegável que a situação de desemprego crescente é um obstáculo real à retomada das mobilizações sindicais, afinal, os sindicatos enfrentam hoje um esvaziamento dos seus quadros. Tanto pelo aumento do número de demitidos que deixam a categoria, como pelo esfriamento na disposição de luta dos trabalhadores diante do temor das demissões. (CASTELHANO, 2005, p. 17)

“Você pode escolher um sistema que tem muitos direitos e não tem emprego e um outro sistema onde você tem muitos empregos e esses direitos são os que você escolhe ter”, esta fala do Ministro da Economia, Paulo Guedes (2020), durante uma entrevista em que foi questionado sobre a Reforma da Previdência valida a afirmação que há, por parte do governo atual, uma estratégia de amedrontar a classe trabalhadora com a ideia de que ou aceitam péssimas condições de trabalho ou ficam sem ao menos ter um emprego o qual possam reivindicar por melhorias.

Ainda assim, Ricardo Antunes (2019) afirma que há uma massa da classe trabalhadora desempregada que ainda prefere qualquer trabalho, mesmo que em condições precárias, ao desemprego. Segundo ele, o motivo dessa aceitação forçada se dá, pois pelo menos no trabalho ainda há sociabilidade (enquanto o mundo está repleto de dissociabilidade), há relações, movimentos de solidariedade, espaço para apoio mútuo em situações difíceis, enquanto “o desemprego é o vilipêndio completo [...] é o flagelo mais brutal”.

Ricardo Antunes (2019) encerra sua entrevista afirmando que vamos passar por essa fase de precarizações sem fazer conciliações de classes, pois os empresariados e os capitais globais querem nos devastar, então cabe a nós, classe trabalhadora, devastá-los. E essa ação deve ser feita sem negar o passado, porém pensando a partir do que já temos até o presente.

Por fim, concluo a análise das respostas e também este capítulo com resposta da entrevistada para a seguinte pergunta: *Quais aspectos você considera predominantes para o desmonte das políticas sociais? Levando em consideração o período do governo Lula a Bolsonaro.*

Isso não vem agora com o Bolsonaro, isso começou lá com o impeachment da Dilma, e se a gente for ver começou lá atrás. Eu acho que é um conjunto de fatores, primeiro é instaurar uma doutrina do medo mesmo, medo de perder o emprego, medo de não ter isso, e uma insegurança, eu acho que primeiro é instaurar a insegurança nas pessoas, e aí as pessoas ficam cada vez mais acuadas, e é aquela coisa que acaba aceitando o que vier. Também um enfraquecimento da ideia de coletivo nas pessoas, e aí não é nem a questão do último governo, mas é o próprio avanço do capitalismo, ele avança no sentido de individualizar demandas, e no sentido de individualizar problemas, então isso é uma grande estratégia para cada vez mais eu não reconhecer enquanto outros indivíduos que estão na mesma situação, e reivindicar coisas enquanto coletivo, fica muito individualizado, e individualizado a gente não consegue fazer nada. E terceiro, que é um fenômeno bem recente, desses últimos governos, é uma ascensão de ideias totalitárias, muito ligadas as vezes a religião, muito ligada as vezes a figura populista de um salvador, mas são essas ideias totalitárias, é 8 ou 80, onde se a gente não fizer o desmonte agora dos direitos do trabalhadores, ninguém vai ter emprego, a gente só vai ver o desemprego aumentando. Além disso, uma campanha de desinformação a respeito das próprias estatísticas de trabalho, das estatísticas de desenvolvimento que o Brasil está enfrentando, então se você compara o IDH de alguns anos atrás, independente do governo, você uma diferença gritante, mas as pessoas negam simplesmente essas estatísticas, então acho que falta um pouco desse senso de coletivo, falta um pouco uma ousadia que não atua só quando as pessoas estão com medo, acuadas, e inseguras, e falta também um diálogo menos totalitário. (IGNÁCIA, 2020, grifo nosso)

A primeira parte dessa resposta aborda um fato: o avanço do capitalismo como fator chave para o individualismo, e um povo individualista é um povo sem força. lamamoto (2014) fala sobre como, em uma sociedade burguesa, as relações sociais se tornam mercadorias:

*Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens confrontando-os como potências externas que os dominam. [...] Este caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz à potenciação da exploração do trabalho a sua invisibilidade e à radicalização do séquito de suas desigualdades e lutas contra as elas consubstancias na *questão social* [...]. (IAMAMOTO, 2014, p 48-49)*

lamamoto escancara neste trecho como o avanço do capital é capaz de transformar qualquer tipo de relação em oportunidades para produzir mais dinheiro e assumir um “espaço de poder”, onde os desejos do capital prevalecem frente a qualquer outro, mesmo “a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a

arte, a cultura, a ciência [...]”, (IAMAMOTO, 2014, p. 50). Essa destruição das relações, seja qual for, leva a população para um caminho de alienação, e até mesmo da individualização, como foi dito na resposta de *Ignácia*, enfraquecendo as lutas e organizações sociais, e desaparecendo com os questionamentos diante ao governo vigente, independente de qual seja, pois todos ainda governaram em um sistema econômico capitalista que avança constantemente.

Na segunda parte da resposta a entrevistada fala muito sobre ideias totalitárias, que ascenderam principalmente durante os últimos governos. É possível identificar esta característica em falas e ações do atual presidente. Ainda em seu programa eleitoral, o slogan principal era “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, além da frase “Deus acima de tudo.

Ademais, ainda temos frases como: “Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias” (Bolsonaro, 2017) proferida num encontro no estado de Paraíba, para além dos costumes conservadores os quais ele sempre defendeu.

Os elementos próprios do fascismo não estão presentes mais, e é por isso que se tem um totalitarismo que eu chamo de “novo”. A minha ideia é de que ele [neoliberalismo] é totalitário porque ele tem um traço definidor do totalitarismo, que é considerar que todas as instituições sociais são homogêneas. A ideia da política como governo, como discussão, como conflito desaparece, porque o que você tem no lugar é a ideia da política como gestão, e o próprio Estado é considerado uma empresa. Neste sentido você tem a privatização do Estado, o Estado pratica a privatização, ele próprio é pensado com a estrutura característica do mundo dos interesses privados, o que é uma tragédia. Então nós devemos isso a total ignorância, incompetência e indecência desses reles totalitários, que nem sabem que são totalitários. (CHAUÍ, 2019)

Compreendemos que ambas (entrevistada e autora) concebem como as ideias totalitárias advindas do neoliberalismo associadas ao medo e a intolerância sucumbem a vida do trabalhador, sua dignidade e humanidade. Se antes diríamos que há alienação por parte da população, devido aos fortes “bombardeios” midiáticos a favor do capital, prevalecendo sua hegemonia, hodiernamente temos uma ignorância nas informações, pois dados científicos, estatísticos e estudiosos renomados²² são descartados em razão de uma única ordem e opinião permeada de conservadorismo e preconceitos, beneficiando ainda mais a lógica capitalista.

22 Ricardo Galvão, diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) foi exonerado após apresentar dados relacionados ao aumento do desmatamento da Amazônia nos últimos anos. A explicação do presidente do Bolsonaro sobre o caso foi que quem quebrassem sua confiança, seria demitido sumariamente, e, segundo ele, esse foi o caso de Ricardo Galvão. (BRANT; WATANABE, 2019)

Desta forma, apreendemos como o exposto acima cerceia exponencialmente o trabalhador, individualizando situações coletivas, o que dificulta as lutas e conseqüentemente a garantia e permanência de direitos.

Ao partir do pressuposto de que os assistente social tem como objeto de intervenção as expressões da questão social, bem como de toda análise realizada até o momento, deduzíamos que diversos seriam os apontamentos da assistente social no que se refere a má condição de vida dos trabalhadores e como esta afeta também a prática do serviço social, todavia não conseguimos identificar nas narrativas como esta conjuntura impacta diretamente no seu trabalho e/ou sua intervenção junto aos trabalhadores fabris, apesar de ter elencado pontos fundamentais, os quais procuramos discorrer no desenvolvimento deste capítulo.

Contudo, sabemos que ultrapassar ações imediatas, que levem a consciência de classe é um processo árduo, no qual o profissional necessita avançar além de suas percepções cotidianas, considerando o projeto ético político e todo arcabouço teórico e normativo que possa respaldá-lo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, com o presente trabalho, buscar saber quais foram – e são – as mudanças que ocorrem na vida dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores

fabris, com os diferentes governos vigentes e suas ações. Ao falar de mudanças, foram analisados durante a pesquisa aspectos que contribuem para o bem-estar social da classe trabalhadora, como acesso a direitos trabalhistas, a saúde, lazer, e até mesmo ao emprego. Além disso, buscou-se compreender como essas condições refletiam na atuação profissional do assistente social.

Para realizar essas reflexões foram pensados como base três objetivos específicos: analisar quais foram as políticas sociais desenvolvidas durante o governo Lula, e quais foram os reflexos delas na vida dos trabalhadores, identificar quais foram as mudanças nos níveis de desemprego durante os quatro diferentes governos, e demonstrar como a má condição de vida dos trabalhadores fabris afeta na prática profissional do assistente social.

Embasado nas pesquisas realizadas para a elaboração do primeiro capítulo deste trabalho, foi possível ter uma visão bem ampla sobre quais políticas sociais foram desenvolvidas, modificadas ou extintas durante o período do governo Lula fazendo, em alguns momentos, um paralelo com o atual governo de Bolsonaro. Acerca disso, foram expostos pontos como as relações contraditórias presentes durante o governo de Lula, apesar disso, é possível concluir que os principais pontos deste primeiro capítulo foram os programas desenvolvidos durante seu governo, programas estes que foram (e ainda são) muito bem utilizados por toda a classe trabalhadora. Ficou evidente, através das falas dos trabalhadores entrevistados, como a representatividade ligada a imagem de Lula afetou em suas relações trabalhistas e ao acesso a seus direitos, tanto positiva quanto negativamente.

Em relação à análise nas nuances dos níveis de desemprego durante os quatro diferentes governos, os números de empregos formais gerados durante o período do presidente Lula são insuperáveis. Este período de alto nível de emprego formais no Brasil teve reflexo também na vida pessoal desses trabalhadores, além de ascender na classe trabalhadora um aspecto que atualmente está extremamente ameaçado: a confiança. A segurança de diferentes oportunidades de emprego durante o governo Lula transmitia aos trabalhadores da época a segurança de poder reivindicar, reclamar e debater com os empregadores. Vemos atualmente, principalmente neste período de pandemia, a insegurança e o medo do desemprego que afeta a maioria da classe trabalhadora, enfraquecendo suas lutas e os forçando a aceitar condições de trabalho que, ao se comparar àquele período, seriam inaceitáveis, e isso é igualmente triste e preocupante. Inferimos que, o avanço da burguesia e do capitalismo nos processos de enfraquecimento da organização da classe trabalhadora e a ampliação das expressões da questão social sejam os grandes responsáveis por este fenômeno.

Esta se estende às formas de organização dos processos de produção, da gestão e remuneração da força de trabalho, do mercado de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas e dos padrões de consumo. Essa investida a favor do crescimento econômico dos oligopólios e *contra* o desenvolvimento social atinge visceralmente a luta sindical em um quadro de recessão e desemprego. (IAMAMOTO, 2014, p. 143)

A partir das declarações dos trabalhadores e da assistente social que foram entrevistados neste trabalho, o enfraquecimento do movimento sindical ou de da maioria das organizações trabalhistas é uma realidade atualmente, e isso significa que, respaldado pela citação acima, o avanço do capitalismo está cumprindo o seu papel de enfraquecer a bases de lutas e o desenvolvimento social. Porém, a autora, pertencente da classe trabalhadora revolucionária, não toma isso como forma de desmotivar a luta contra o capitalismo, e sim como um aviso de urgência para que alguma coisa seja feita em relação a isso, sendo esse movimento a retomada da organização e do fortalecimento das lutas trabalhistas de bases. Todavia, não conseguimos notar essa mobilização nas falas dos entrevistados pelo contrário, notamos uma “melancolia” ao comparar o que era e como é o movimento sindical hoje.

Ao finalizar este Trabalho de Graduação, o último capítulo foi dedicado inteiramente a analisar a relação das condições dos trabalhadores fabris com a atuação do assistente social. Para isso, foram utilizadas todas as respostas fornecidas pela assistente social entrevistada, e através delas, o último objetivo tomou um rumo que não era esperado pela pesquisadora.

Com relação às respostas obtidas pela assistente social entrevistada, foi possível observar que, apesar da extrema noção sobre a importância das organizações sindicais e trabalhistas existentes na empresa em que ela trabalha, a profissional não tem envolvimento direto com esses movimentos. Esse aspecto desencadeou as necessárias reflexões sobre a relativa autonomia do assistente social, sobre a dificuldade da profissional ao assegurar os acessos dos trabalhadores a seus direitos, já que a mesma não está ligada às lutas gerais da base trabalhista, pois atua em um setor mais focado na área da saúde dos trabalhadores, e sobre a visão crítica presente na atuação profissional marxista.

Embora tenhamos identificado inúmeras lacunas no acesso a direitos e principalmente na perda destes, em nenhum momento podemos perceber como tais situações permearam e/ou impactaram na prática da assistente social. Nossa hipótese a princípio seria que notaríamos na fala da entrevistada uma imensa demanda e diversas questões frágeis e complexas decorrentes do cotidiano das relações trabalhistas, mas isso não ocorreu, levando a questionamentos que transpassam tanto o comprometimento ético político da profissional, como as condições de trabalhadora que ela também possui.

Portanto, após a elaboração de todo o trabalho, fica evidente a urgência que há na organização da reunião da classe trabalhadora no combate ao avanço das políticas neoliberais e ao capitalismo, sendo que essas estão cada vez mais presentes e ameaçadoras, principalmente no atual governo vigente, pois o mesmo já se mostrou ser extremamente conservador e apoiador dessas políticas. Edmilson Costa (2015) no prefácio do livro *Manifesto Comunista*, afirma “[...] porque enquanto houver capitalismo, enquanto as classes trabalhadoras, a luta de classes permanecerá sendo o epicentro do destino da humanidade [...] demonstrando assim, que enquanto o sistema capitalista for o sistema econômico vigente, haverá luta de classes.

“Proletários de todos os países, uni-vos!”

(Marx e Engels)

REFERÊNCIAS

AFP. **Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias**. ISTOÉ. 25 set. 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

AGUINSKY, Beatriz G.; CLOSS, Thaisa Teixeira; FERNANDES, Idilia; PRATES, Jane Cruz. O objeto de trabalho e a formação generalista em serviço social: em debate atribuições e competências profissionais. **Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA**, p. 184–195, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9357/2/O_objeto_de_trabalho_e_a_formacao_generalista_em_Servico_Social.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 54-64 jan./jun. 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Internacional Do Partido Dos Trabalhadores: Da Fundação à Diplomacia Do Governo Lula. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 20, p. 87-102, jun. 2003.

AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. [s.d.] Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/G2cm832r29W2oX2IH6P.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

AMARAL, Luciana. **Em balanço de 2 anos, governo Temer omite queda de empregos com carteira**. UOL. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/15/em-balanco-de-2-anos-governo-temer-omite-alta-do-desemprego.htm>>. Acesso em: 29 set. 2020.

ANDRADE, Fabiano. **Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo e após divergir de Bolsonaro**. G1. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml>>. Acesso em: 22 out. 2020.

ANDRETTA, Filipe. **Um ano sem Ministério do Trabalho: foi bom ou ruim para os brasileiros?**. Folha de São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/01/02/2019-ano-fim-ministerio-do-trabalho-balanco-bruno-dalcolmo.htm>>. Acesso em: 26 set. 2020.

ANTIGO, Mariangela Furlan; VALE, Ricardo Campante C. **A queda do desemprego no Brasil de 2002 a 2013: análise e perspectivas**. XIV Encontro Nacional da ABET – Campinas. Dinâmica demográfica e mercado de trabalho. 2015. Disponível em: <<http://abet2017.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Ricardo-Campante-Cardoso.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2020.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Trabalho no Governo Lula: Uma Reflexão Sobre a Recente Experiência Brasileira**. GLOBAL LABOUR UNIVERSITY WORKING PAPERS PAPER NO. 9, May 2010.

REDE BRASIL ATUAL. **Expansão do emprego formal aconteceu durante o governo Lula**. RDB. 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2018/09/expansao-do-emprego-formal-aconteceu-na-gestao-lula/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BBC. **Lula é presidente depois de 13 anos de espera**. BBC. 2002. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021028_lulaam.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BIZNEWS. **Desemprego tende a crescer, mesmo com reabertura da economia, diz IBGE**. 2020. Disponível em: <<https://www.biznews.com.br/desemprego-tende-a-crescer-mesmo-com-reabertura-da-economia-diz-ibge/>>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRANT, Danielle; WATANABE, Phillippe. **Diretor do Inpe será exonerado após críticas do governo a dados de desmate**. Folha de São Paulo. 2 ago. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/diretor-do-inpe-sera-exonerado-apos-criticas-do-governo-a-dados-de-desmate.shtml>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família alcança 14,283 milhões de famílias em julho.** 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-alcanca-14-283-milhoes-de-familia-em-julho>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

_____. Ministério da Cidadania. **SUAS.** 2015. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

_____. **Ministério da Saúde.** 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. Ministério da Economia. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** 2016. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-aco-es-2/caged-3/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Ministério da Economia. **Nível de Emprego Formal Celetista. 2020.** Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/images/ftp//dezembro2019/nacionais/2-apresentacao.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. **Emprego: a herança bendita de Lula.** 2010. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/mesa/presidencia/galeria-presidentes/michel-temer-2009-2010/artigos/emprego-a-heranca-bendita-de-lula>>. Acesso em: 26 set. 2020.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Desemprego. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 26 set. 2020.

_____. Lei Nº 8.662, de 7 DE Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRÊTAS, Pollyanna. **Reforma trabalhista: confirma os perigos da negociação direta entre patrão e empregado.** Extra. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/reforma-trabalhista-confirma-os-perigos-da-negociacao-direta-entre-patrao-empregado-22084945.html>>. Acesso em: 29 set. 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bolsa Família.** 2020. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx#:~:text=Benef%C3%ADcio%20Vari%C3%A1vel,a%20R%24%20205%2C00.>>. Acesso em: 14 set. 2020.

CALGARO, Fernanda. **Temer oferece jantar no Alvorada para convencer base aliada a votar Previdência.** G1. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-oferece-jantar-no-alvorada-para-convencer-base-aliada-a-votar-previdencia.ghtml>>. Acesso em: 28 set. 2020.

CARLOS, Ana Claudia Storchi. **SERVIÇO SOCIAL E SINDICALISMO:** uma análise da organização político-sindical dos assistentes sociais. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202635/Carlos_Servi%C3%A7o%20social%20e%20sindicalismo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 out. 2020.

CASTELHANO, Laura Marques. O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho. **Psicologia & Sociedade;** 17 (1): 17-28; jan/abr.2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n1/a03v17n1.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. **A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição**. Cadernos de Saúde Pública. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v35n2/1678-4464-csp-35-02-e00009919.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2020.

CONSTANTINI, Eduardo. **O que é PIB?**. politize!. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/pib-o-que-e/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

CORONATO, Marcos; OLIVEIRA, Grazielle. **Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história. Época. 2016**. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-crise-da-historia.html>>. Acesso em: 26 set. 2020.

FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Revista SER Social**. v. 13. n. 28, 2011.

FERRARI, Mariana. **O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil**. Ponte. 25 set. 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Lula dá emprego a mais de 40 sindicalistas**. São Paulo. 11 JAN. 2004. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1101200407.htm>>. Acesso em: 08 out. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Petista é primeiro governante de esquerda eleito do país**. Folha de São Paulo. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2810200209.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 65-74 jan./jun. 2007.

GOMES, Marcelo Bolshaw. **A imagem Pública de Lula e Eleições Presidenciais Brasileiras**. In: Congresso da COMPOL (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política), I, 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bolshaw-lula.pdf>> . Acesso em: 23 jul. 2020.

"Governo Bolsonaro é totalitário", diz filósofa Marilena Chauí. Rede TVT. **YouTube**. 4 dez. 2019. 3min29s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eAG-9cdTeRM>>. Acesso em: 24 out. 2020.

GUIMARÃES, Juca. **Em dois anos, reforma na CLT não freou desemprego e piorou a vida do trabalhador**. Brasil de Fato. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/09/reforma-na-clt-nao-freou-desemprego-e-ainda-piorou-a-vida-do-trabalhador>>. Acesso em: 30 set. 2020.

HERMANSON, Marcos. **"Trabalho precário, intermitente, é a antessala do desemprego", diz Ricardo Antunes**. Brasil de Fato. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/29/trabalho-precario-intermitente-e-a-antessala-do-desemprego-diz-ricardo-antunes?fbclid=IwAR16IHqpnzZiDzNxa6E9sfogMRbpnKki2lvyz9tm9s1hkO6ELwpiy0kdqHE>>. Acesso em: 30 set. 2020.

Horário Eleitoral: Presidente Brasil (20/08/2002) TV. Diller. **YouTube**. 2014. 25min20s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HU45_nQD-H8&t=353s>. Acesso em: 17 ago. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela O serviço social na contemporaneidade. In: **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. 328 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 02 out. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa de desocupação no trimestre**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>>. Acesso em: 30 set. 2020.

JIMÉNEZ, Carla. **Vitórias apertadas em eleições dão peso ao papel do derrotado**. El País. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/04/politica/1415133561_025263.html>. Acesso em: 06 out. 2020.

LEMOS, Mariana; MACIEL, Camila. **Dilma Rousseff: "Tortura é dor e morte. Eles querem que você perca a dignidade"**. Brasil de Fato. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>>. Acesso em: 26 set. 2020.

LIS, Laís. **Brasil gera 221,4 mil empregos formais em 2017, informa Ministério do Trabalho**. G1. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/28/brasil-gerou-2214-mil-empregos-com-carteira-assinada-em-2017-diz-governo.ghtml>>. Acesso em 29 set. 2020.

MACHADO, Adriano. **Se Deus quiser, 2ª indicação para o STF será um pastor, diz Bolsonaro em evento evangélico**. Jornal do Brasil. 06 OUT. 2020. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/politica/2020/10/1025904-se-deus-quiser-2---indicacao-para-o-stf-sera-um-pastor-diz-bolsonaro-em-evento-evangelico.html>>. Acesso em: 08 out. 2020.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **ASSISTENTE SOCIAL: somos classe trabalhadora e nossa escolha é a resistência**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 15 maio 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2018/05/15/assistente-social-somos-classe-trabalhadora-e-nossa-escolha-e-a-resistencia/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução, prefácio e notas Edmilson Costa, apresentação Anníbal Fernandes. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007.

MARTELLO, Alexandre. **Criação de empregos formais soma 1,94 milhão em 2011**. G1. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/01/empregos->

formais-somam-194-milhao-em-2011-com-queda-de-228.html#:~:text=Informa%C3%A7%C3%B5es%20do%20Cadastro%20Geral%20de,a bertas%20%2C54%20milh%C3%B5es%20de>. Acesso em: 26 set. 2020.

MAZUI, Guilherme; RODRIGUES, Paloma. **Bolsonaro anuncia saída do PSL e criação de novo partido.** G1. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>>. Acesso em: 01 out. 2020.

MENEZES, Cynara. **Entrevistas históricas: Mino Carta entrevista Lula, o metalúrgico.** Socialista Morena. 2013. Disponível em: <<https://www.socialistamorena.com.br/entrevistas-historicas-mino-carta-entrevista-lula-o-metalurgico/>>. Acesso em: 16 set. 2020.

NETO, Luiz Antônio de Medeiros. **Conquistas para o trabalhador.** 2020 Disponível em: <<https://www.luizantonimedeiros.com.br/sobre>>. Acesso em: 15 set. 2020.

NUNES, Bethânia. **Distribuição de vacina contra Covid-19 começará no início de 2021 pelo SUS.** Metrôpoles. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/saude/distribuicao-de-vacina-contracovid-19-comecarano-inicio-de-2021-pelo-sus>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

PAIM, Jairnilson Silva; TEIXEIRA, Carmen. **A política de saúde no governo Lula e a dialética do menos pior.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 29, n.71, p. 268—83, set./dez. 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Com Lula e Dilma, Saúde teve investimento histórico e SUS fortalecido.** PT.ORG. 2020. Disponível em: <<https://pt.org.br/com-lula-e-dilma-o-sus-foi-fortalecido-e-saude-teve-investimento-historico/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

PATRIOTA, Lucia Maria; PEREIRA, Jordeana Davi; SILVA, Sheyla Sueli de Sousa. **POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: focalização e desmonte dos direitos. Qualit@s** - Revista Eletrônica - ISSN 1677- 4280 – Edição Especial. 2006. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/64>>. Acesso em: 07 out. 2020.

PEIXOTO, Fabrício. **Em oito anos, Lula visitou 85 países em busca de parceiros comerciais e políticos.** BBC News. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101227_eralula_diversificacao>. Acesso em: 06 out. 2020.

Programa Fome Zero. Josival. **YouTube.** 2017. 5min35s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=logtb8tUVyY>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PROTEÇÃO CONTRA CONDUTAS ANTI-SINDICALISTAS. **Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA).** 22 ago. 2005. Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/artigos/746-protector-contraconductas-anti-sindicaiss-03234558006035684>>. Acesso em: 07 out. 2020.

RAMIRES, Manoel. **Geração de empregos no governo Bolsonaro fica abaixo da Era Lula.** Brasil de Fato. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2019/10/21/geracao-de-empregos-no-governo-bolsonaro-fica-abaixo-da-era-lula>>. Acesso em: 01 out. 2020.

REDE BRASIL ATUAL. **Expansão do emprego formal aconteceu durante o governo Lula.** RDB. 2018. Disponível em: <

<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2018/09/expansao-do-emprego-formal-aconteceu-na-gestao-lula/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

REGINA, Cláudia. **Miguel Soldatelli Rossetto**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/miguel-soldatelli-rossetto>>. Acesso em: 15 set. 2020.

Ricardo Antunes: Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil. Brasil de Fato. **YouTube**. 29 abril 2019. 57min07s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A&feature=emb_logo>. Acesso em: 29 out. 2020.

ROLLI, Claudia. **Brasil é o 2º do mundo em desemprego**. Folha de São Paulo. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2905200215.htm>>. Acesso em: 10 set. 2020.

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Íntegra do discurso de Dilma após impeachment**. G1. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>>. Acesso em: 28 set. 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, nº 3, 2º semestre de 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2020.

SCHAEFER, Bruno Marques. **Ministério da Cidadania: qual sua função?**. Politize!. 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ministerio-da-cidadania/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

SEBRAE. **Tudo sobre Organizações Não Governamentais (ONGs)**. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. [s.d.] Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong,ba5f4e64c093d510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVA, Bernardo Menescal Ferreira da. **Dilma cometeu crime de responsabilidade? Argumentos contra e favor**. politize!. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crime-de-responsabilidade-dilma-argumentos/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

SILVA, Cleide. **Sindicatos perdem 90% da contribuição sindical no 1º ano após reforma**. Estadão. 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/03/05/sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1-ano-da-reforma-trabalhista.htm>>. Acesso: 17 ago. 2020.

SILVA, Fernanda Cristina da. **Instrumentalidade e burocracia no campo profissional do Serviço Social: reflexões necessárias**. Taubaté, 2016. 66 p. Monografia (Serviço Social) – Faculdade de Taubaté.

SILVEIRA, Daniel. **Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE**. G1. 2020.

Disponível em: < https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1>. Acesso em: 16 set. 2020.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO. **Sem negociação e em plena pandemia, Embraer demite 2.500 trabalhadores. 04 set. 2020.** Disponível em: <<https://www.sindmetalsjc.org.br/n/5162/sem-negociacao-e-em-plena-pandemia--embraer-demite-2500-trabalhadores>>. Acesso em: 07 out. 2020.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 28 Número 3 Setembro/Dezembro 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a05v28n3.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2020.

SOARES, Ingrid. **Bolsonaro sobre a inflação no Brasil: 'Aumentou o preço do ovo também'**. Estado de Minas. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/09/16/internas_economia,1186117/bolsonaro-sobre-a-inflacao-no-brasil-aumentou-o-preco-do-ovo-tambem.shtml>. Acesso em: 16 set. 2020.

SOUZA, Mariana Duarte de. **Denúncias de intolerância religiosa aumentaram 56% no Brasil em 2019.** Brasil de Fato. 21 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/denuncias-de-intolerancia-religiosa-aumentaram-56-no-brasil-em-2019>>. Acesso em: 09 out. 2020.

TOLEDO, José Roberto de. **Desemprego cresce 38% no governo FHC.** Folha de São Paulo. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi31019919.htm>> . Acesso em: 06 ago. 2020.

YASBEK, Maria Carmelita. **O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, p. 104-112, 2004.

ZYLBERKAN, Mariana. **Ministério da Saúde nomeia veterinário para programa de imunização.** VEJA. 2020. Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/brasil/ministerio-da-saude-nomeia-veterinario-para-programa-de-imunizacao/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

_____. **Reforma trabalhista: Temer diz que nova lei 'amplia horizontes' para o emprego e critica 'falsas informações' sobre o tema.** G1. Brasília. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/reforma-trabalhista-temer-afirma-que-nova-lei-amplia-horizontes-para-quem-procura-emprego.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTÕES ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES FABRIS

1 - Me conte um pouco da sua história e quanto tempo você trabalha em ambiente fabril. O seu trabalho/ aposentadoria é a maior fonte de renda da sua família?

2 – No começo dos anos 2000, seu emprego garantia a você e sua família acesso a benefícios como saúde, educação, lazer, transporte, cultura? E hoje, acha que há alguma diferença?

3 – A união trabalhista que reivindicava direitos para os trabalhadores teve alguma mudança durante os anos?

4 - Há alguém ou algum grupo representando a voz da classe trabalhadora atualmente? Se sim, qual? Você faz parte dele? Se não existe, por que você acha que não há essa representação?

5 – Durante toda a sua trajetória de trabalho nesse setor, você sempre esteve empregado? Se sim, conhece muitas pessoas que passaram por processos de emprego e desemprego?

6 – Você acredita que atualmente o setor fabril tem um bom reconhecimento e valorização entre os empregadores? Se não, o que você que poderia ser mudado para melhorar isso?

7 - Você já conseguiu aposentar? O que pensa sobre as reformas da previdência? Sua aposentadoria é o suficiente para manter sua casa e necessidades familiares?

8 - Você acha que os trabalhadores do seu setor perderam ou conquistaram mais direitos durante os governos de Lula até Bolsonaro? Por quê?

9 - Considerando cada governo, no período de Lula a Bolsonaro, quais as principais mudanças na relação entre patrão e empregado?

APÊNDICE B – QUESTÕES ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL

- 1 – Você já trabalhou em alguma outra área do Serviço Social? Se sim, qual as diferenças da prática profissional entre essas áreas?
- 2 – O que você enxerga de benefício na presença de uma Assistente Social no setor fabril?
- 3 – Durante seu período de trabalho, quais foram as principais demandas apresentadas pelos trabalhadores fabris?
- 4 - Considerando os desdobramentos de cada governo, quais os principais impactos nas políticas públicas e na atuação dos assistentes sociais para a defesa dos direitos da classe trabalhadora?
- 5 – Quais aspectos você considera predominantes para o desmonte das políticas sociais? Levando em consideração o período do governo Lula a Bolsonaro.

ANEXO

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa “Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro”, sob a responsabilidade da pesquisadora Juliana Alves Barbosa. Nesta pesquisa pretendemos “Indicar quais foram os impactos das mudanças no estado de bem-estar social na vida dos trabalhadores fabris do governo Lula a Bolsonaro.” por meio de uma coleta de dados com uma abordagem qualitativa, aplicando o instrumento da entrevista com um roteiro de perguntas abertas e fechadas as quais serão gravadas em um gravador com sigilo. Caso necessário, devido a pandemia do COVID-19, realizaremos chamada por *Skype* ou *WhatsApp*, a qual será gravada apenas o áudio dos entrevistados. As análises se darão pelo método de triangulação, cujos dados coletados serão analisados levando em consideração as narrativas, o contexto social e todo aporte teórico da pesquisa.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios de sua participação nesta pesquisa consistem em contribuir no conhecimento das mudanças concretas que ocorreram na vida dos trabalhadores fabris, e como essas mudanças têm reflexo da prática profissional dos Assistentes Sociais. Destacamos que os riscos em relação a sua participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista e/ou sensibilização (emocional) diante das perguntas durante a entrevista. Entretanto para evitar que ocorram danos as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar a entrevistada, conforto e segurança, bem como se houver necessidade haverá encaminhamento a rede assistencial para acompanhamento dos participantes envolvidos nesta investigação, respectivamente. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimento que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr. (a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão, bem como sua imagem, se a entrevista ocorrer por vídeo chamada, tendo em vista que a o essencial para construção da pesquisa são as falas. O (A) sr. (a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecido ao senhor (a). Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 99151-8963 (inclusive ligações â cobrar), e e-mail: anaurarrangel@gmail.com

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o (a) Sr. (a) poderá consultar o Comitê de ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br. O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Nome do pesquisador: _____

ANEXO B – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro.”, de maneira clara e detalhada e esclarecida minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Guaratinguetá, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do(a) participante

PARECERES



Departamento de
Serviço Social
Rua Visconde do
Rio Branco nº22
Taubaté – SP
CEP: 12020-040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12)
3621-8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE
SERVIÇO SOCIAL - 2020**

**PARECE
R
AVALIATI
VO**

Título: Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro	
Estudante: Ana Laura Reis Rangel	
Membro da Banca/CRESS: Juliana Alves Barbosa de Sousa – CRESS: 36098	Categoria: Orientador

Aninha,

Agradeço por fazer parte desta história tão linda, por poder contribuir para sua trajetória acadêmica e de vida. Admiro imensamente você, suas convicções e sua garra em lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de orientação se deu de forma tranquila e eficiente, ao partir do pressuposto que a aluna era extremamente comprometida e pontual com os materiais a serem produzidos.

Seu tema traz consigo originalidade e pertinência perante a conjuntura que vivemos. Os objetivos foram alcançados, metodologicamente a aluna seguiu todos os protocolos estabelecidos, bem como conseguiu analisar de forma crítica a temática, enfatizando o contexto social, a teoria trazida pelos autores e as narrativas dos participantes da pesquisa.

Todavia, pondero que poderia ter aprofundado mais as narrativas, principalmente quanto a contextualização e o caráter de classe social do Estado.

Forte abraço!!

Juliana

“A verdadeira coragem é ir atrás de seu sonho mesmo quando todos dizem que ele é impossível”.

Cora Coralina

Juliana Alves Barbosa

Taubaté, 30 de novembro de 2020.



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP: 12020040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020
PARECER AVALIATIVO

Título: Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro	
Estudante: Ana Laura Reis Rangel	
Membro da Banca/CRESS: 31.198	Categoria: Professora convidada

Quando lemos o seu trabalho, fica evidente que o seu objetivo foi o de estudar os impactos entre os governos Lula a Bolsonaro na vida dos trabalhadores fabris, ou seja, como a administração pública e as tomadas de decisões desses governos incidiram na realidade concreta dos trabalhadores desse setor. Você dá conta de responder a esse objetivo, mas, para mim, você deveria abordar e aprofundar só essa discussão, porque ao trazer como objetivo também compreender como esse processo refletiu na atuação profissional do assistente social, vai ocorrer um certo distanciamento do seu objeto de estudo. Mas, você teve que necessariamente fazer algumas sínteses no terceiro capítulo, porque realmente é muita coisa para discutir e isso não lhe permitiu uma abordagem mais aprofundada. Porque, veja bem, são objetivos que embora se relacionem, apresentam também muitas particularidades.

Você poderia escrever um TG só sobre o primeiro objetivo e outro só sobre o segundo, tanto que no seu resumo você nem fala desse segundo objetivo, porque ele acaba sendo secundarizado na sua discussão. De fato, o seu centro foi o estudar os impactos dos governos Lula a Bolsonaro na vida dos trabalhadores fabris.

Como você incorporou mais esse objetivo, você só apresentou o segundo ao final da introdução. Então a minha dica é: se você for apresentar o trabalho em algum congresso, vale à pena evidenciá-lo logo no início da introdução. Assim, o leitor terá mais clareza do desenho do seu TG.

Quanto à metodologia, ela ficou bem definida, você explica como foi o caminho percorrido para a construção da sua pesquisa: tipo de abordagem, instrumento para a coleta de dados, forma de analisar o material etc. Parabéns pela clareza metodológica.

Quanto aos capítulos: Gostei muito dos pseudônimos utilizados nos depoimentos. Você teve cuidado até nisso, usando nomes de importantes sindicalistas brasileiros. Já para a assistente social, usou o nome de uma pessoa próxima.

No 1º capítulo, destaco como ponto forte o reconhecimento que você faz dos aspectos positivos e também negativos do governo Lula. Isso aparece na sua análise. Mas ao mesmo tempo seria interessante uma crítica mais contundente sobre o governo Lula. Entretanto, vou te dizer que eu entendo isso, porque com o terror que estamos vivendo no governo Bolsonaro, a própria esquerda está sendo mais cautelosa em falar dos problemas que envolveram o governo de Lula e de Dilma, pois é um assombro em termos de diferença governamental. De fato, Lula e Dilma realizaram muitos investimentos na área social e em políticas públicas. É preciso reconhecer que o PT, em seus 10 anos de governo, atendeu parte das demandas dos trabalhadores, mas também fez alianças com o grande capital. Por isso, quando você escreve que mesmo Lula tendo desenvolvido uma estratégia política controversa com o objetivo de manter relações com as duas classes, ela não foi controversa, mas sim intencional e reconhecida pelo próprio Lula. Em 2009, ele afirmou para o jornal Folha de São Paulo que *nenhum empresário brasileiro podia se queixar porque nos seus mandatos nunca se ganhou tanto dinheiro*. Isso se comprova visto que um levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico em 2014 diz que os bancos lucraram oito vezes mais no governo petista em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Mas é óbvio que foi o governo que mais investiu na área social. Você apresenta alguns dados importantes, como os investimentos na saúde e a importância do Programa Bolsa Família, que contribuiu para tirar o Brasil do Mapa da Fome, entre tantas outras políticas implementadas. Mas, qual é a questão que eu apresento para refletir: você parte dos depoimentos dos entrevistados para dizer que no governo Lula (e mesmo no governo Dilma), muitos benefícios foram garantidos aos trabalhadores fabris e o quanto o sindicato tinha mais força. Então, você faz a análise afirmando o quanto tudo isso está relacionado à opção governamental, ou seja, garantir políticas, serviços, benefícios etc é algo que depende do governo e do presidente.

O que vai acontecer é que nós tivemos uma crise mundial em 2008 que atingiu vários países da Europa e que chegou com força no Brasil em 2014. Essa crise não pega o governo do Lula, mas sim o da Dilma. Inclusive esse é um dos motivos do impeachment. Os estudos apontam que o Brasil foi um dos últimos países a ser atingido pela crise e um dos primeiros a sair dela. Isso se justifica por vários motivos, dentre eles o fato de sermos um dos maiores produtores de *commodities* (devido à forte relação com a China), a expansão no volume de operações de créditos e o potencial do consumo interno, viabilizado pelas políticas sociais.

No 2º capítulo – Como ponto forte eu sinalizo a discussão que você faz acerca da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista implantadas no governo Temer e seus influxos na realidade dos trabalhadores. Faz um diálogo fundamental com Ricardo Antunes, um dos maiores pesquisadores do tema no Brasil. Entre as falas do autor, destaco: “Na escravidão, o senhor de escravo comprava o escravo, na terceirização ele aluga”. Ainda traz informações do governo Dilma e Temer finalizando a discussão com algumas reflexões sobre o atraso que vivemos no governo Bolsonaro. Neste capítulo, acontece o mesmo que ocorreu no primeiro. Você apresenta a trajetória do emprego no Brasil e seus reflexos na classe trabalhadora, evidenciando o aumento de empregos durante o mandato do governo Lula. A questão da direção política aparece como algo central para explicar o quadro do emprego/desemprego, mas que na verdade esse aspecto está muito

mais ligado a dinâmica global do capitalismo e as particularidades econômicas internas.

No 3º capítulo, buscou compreender como as ações políticas entre o governo Lula a Bolsonaro refletiram na atuação do assistente social, dialogando com uma profissional que trabalha em uma empresa. Dada as respostas da entrevista, não foi possível atingir o que você gostaria de levantar. No entanto, eu gostei muito da análise que você fez. Foi muito cuidadosa, mas ao mesmo tempo assertiva.

Por fim, suas considerações finais estão maravilhosas, você respondeu a todos os objetivos pretendidos nas considerações. Foi ousada tendo como referência o projeto ético-político do Serviço Social ao afirmar que embora estejamos vivendo momentos de insegurança e medo diante do desemprego estrutural e da crise do capital, você, Ana Laura, como parte da classe que vive do trabalho, não se desmotiva diante desse quadro. Ao contrário, a conjuntura se mostra como um aviso urgente para fortalecer as lutas sociais. Que coisa linda, fiquei arrepiada, orgulhosa. Isso me lembra Eduardo Galeano quando ele nos indaga: ***para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.***

Encerro minha fala parabenizando seu Trabalho de Graduação. Você atingiu os objetivos propostos em sua pesquisa. Sua investigação apresenta rigor acadêmico, teórico e científico. O que ficou muito evidente no seu trabalho é que, além da originalidade, você dialogou com os autores, mas escreveu muito.

Parabéns querida. Desejo alegria, realizações e muita luta na sua vida profissional.

Para revisões finais:

- Por se tratar de um trabalho acadêmico-científico, deve encaminhá-lo para correção ortográfica, pois apresenta vários erros ao longo da monografia.
- Não é correto afirmar que foi utilizada a técnica de triangulação, pois essa técnica supõe o uso de diferentes perspectivas teóricas para consolidar as conclusões a respeito do fenômeno investigado, o que não ocorreu.
- Na introdução, caberia um destaque para as contradições entre o desenvolvimento econômico atingido no período da ditadura militar com o aumento da desigualdade social. Especialistas mostram o agravamento de várias expressões da questão social, além do endividamento do setor público.
- No 1º capítulo, você fala da Reforma Trabalhista de 2017, evidenciando o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. É importante deixar claro que foi Temer quem aprovou essa Reforma, pois nessa parte você está tratando do governo Lula e esse debate não tem a ver com o governo dele.
- Página 31: o sobrenome correto de Carmelita é Yazbek
- Página 33: você afirma que *“toda mudança que é necessária ser feita, são os direitos dos trabalhadores que são prejudicados”*. Não são mudanças necessárias, mas mudanças para atender uma classe.



Taubaté, 30 de novembro de 2020.



Departamento de
Serviço Social
Rua Visconde do
Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP:
12020-040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-
8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO
SOCIAL - 2020 PARECER
AVALIATIVO

Título: Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro	
Estudante: Ana Laura Reis Rangel	
	Categoria: Profissional convidado

O Trabalho de Conclusão de Curso de Ana Laura Reis Rangel, intitulado “Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro”, inscreve-se fundo na dureza dos tempos atuais. No decorrer de toda a análise desenvolvida, a autora demonstra o caráter de intervenção do seu trabalho. Ou seja, adota uma postura ativa buscando vincular a produção acadêmica, com rigor teórico e metodológico, a nítidos posicionamentos políticos, no sentido amplo da palavra. Dado o objetivo principal estabelecido, a saber, “[...] estudar quais os impactos ocorridos na vida dos trabalhadores fabris do Vale do Paraíba, diante das mudanças no estado de bem-estar social nos governos Lula a Bolsonaro”¹, é uma posição corajosa em tempos de perseguição contra o pensamento crítico e descrédito da política no sentido estritamente partidário.

Neste sentido, do ponto de vista teórico, a autora se propõe a adotar uma perspectiva marxista. A citação ao *Manifesto Comunista*, publicado originalmente em 1848 e escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, estabelece o pano de fundo que perpassará todas as reflexões desenvolvidas: a luta de classes, particularmente no capitalismo. Esta ideia é logo complementada pela autora ao argumentar que a luta de classes deve ser compreendida não somente na relação entre capital e trabalho, mas também pelos “[...] diferentes modos de governar, segundo os perfis de cada líder político”². Do ponto de vista teórico, a autora associa corretamente as múltiplas dimensões da luta de classes, no caso destacando tanto seus aspectos econômicos quanto políticos, afastando-se de visões mais estreitas e economicistas.

A escolha de perspectiva teórica parece adequar-se intrinsecamente ao objeto de estudo. No âmbito acadêmico das humanidades ou ciências humanas em geral, as proposições da tradição de pensamento marxista perderam prestígio em décadas recentes, especialmente no final dos anos 1980 e anos 1990, quando diversas experiências socialistas foram interrompidas, como o caso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Não foram poucos os historiadores, os sociólogos, entre outros, que passaram a tentar desconstruir as formulações basilares da tradição marxista, inclusive a ideia da luta de classes como estruturante das sociedades humanas e do capitalismo. Entretanto, particularmente após a crise de 2008 e suas consequências sentidas até os dias atuais, novamente a potência explicativa do pensamento marxista, mesmo que necessariamente atualizado frente às próprias mudanças do modo de produção do capital, retornou com força. É um ponto forte do

¹ RANGEL, Ana Laura Reis. Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro. Trabalho de Conclusão de Curso, Taubaté, 2020, p. 11.

² *Idem*, p. 11.

trabalho aqui analisado a mobilização de tais categorias sem cair em generalidades, mas sim conferindo um conteúdo intimamente ligado à realidade específica em estudo.

Considerando esta abordagem, seria interessante articular nas reflexões as contribuições teóricas de Vladimir Lenin e Antonio Gramsci sobre as relações entre classes e Estado. Em relação ao primeiro, destacaria a caracterização geral sobre o Estado como um meio de dominação de uma classe sobre outra (em última instância, uma *ditadura* de classe) e não como uma instituição neutra, conforme a concepção liberal de Estado³. Neste enquadramento, cabe questionarmo-nos sobre como a sucessão de governos com distintas orientações políticas nos marcos de um mesmo Estado traz mudanças e permanências, qual sua margem de ação, pautadas fundamentalmente pela correlação de forças, como muito bem explicado pela autora.

Antonio Gramsci traz também enormes contribuições nesta perspectiva. Analisando os motivos da derrota das experiências revolucionárias italianas do início do século XX, formula a ideia de Estado ampliado constituído por aparelhos privados de hegemonia – a imprensa, o sistema educacional, instituições culturais, entre outros – para compreender o carácter dos Estados ocidentais. Assim, reforçando o argumento da autora, a depender da “guerra de posições” estabelecida na luta de classes, é possível nuançar as políticas de diferentes governos sob um mesmo Estado, ainda que sob o jugo do capital, inclusive abrindo possibilidades de acumular forças para suplantam este mesmo Estado capitalista⁴.

Assim, o esforço realizado ao longo de todo o trabalho para articular suas hipóteses e conclusões com a conjuntura mais ampla e com a própria história do país é um aspecto a ser destacado. É no movimento da conjuntura que se torna possível compreender as nuances, as mudanças, as permanências em processos políticos de um ponto de vista histórico. A autora nota que: “[...] é possível, percebermos como não só o modo de produção, mas principalmente o governo que está no poder, interfere no desenvolvimento de políticas sociais, pois notamos que há maneiras de conduzir o sistema de formas menos deletérias aos trabalhadores”⁵.

É interessante notar a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho. A autora articula uma bibliografia teórica do Serviço Social, com notícias e artigos publicados relativos ao tema de pesquisa e, por fim, a realização de entrevistas com dois trabalhadores

³ LENIN, Vladimir Ilich Ullianov. O Estado e a Revolução. Editora Expressão Popular, São Paulo.

⁴ GRAMSCI, Antonio. Poder, política e partido. Org. Emir Sader. Editora Expressão Popular, São Paulo.

⁵ RANGEL, Ana Laura Reis. Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro. Trabalho de Conclusão de Curso, Taubaté, 2020, p. 14.

fabris e uma assistente social. Segundo a autora, a abordagem prioriza o aspecto qualitativo, de modo a compreender a dinâmica histórica e a compreensão dos sujeitos sobre suas próprias experiências. Busca-se, deste modo, apreender a realidade a partir da própria perspectiva dos trabalhadores.

No desenvolvimento do segundo capítulo (“O desenvolvimento das políticas públicas sociais no Governo Lula: a realidade vivenciada pelos trabalhadores”), a autora analisa a percepção de seus entrevistados em relação às suas condições de trabalho no período dos governos Lula até os dias atuais. Um dos aspectos salientados são as opções políticas realizadas desde a campanha eleitoral até a composição do primeiro governo Lula. A política de conciliação realizada por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores na época parece não ter agradado um dos entrevistados, talvez referenciado em sua expectativa de que um governo liderado pelo ex-dirigente sindical fosse propulsor de mudanças mais aceleradas e radicais.

Aqui, talvez seja interessante trazer para a discussão algumas das questões recentes da sociologia e da ciência política. André Singer no livro *Os sentidos do lulismo*⁶ busca justamente analisar a política adotada pelos governos Lula em relação com o comportamento político das diferentes classes e frações de classes no Brasil. O autor defende a hipótese de que durante os governos Lula constituíram-se duas coalizões políticas: uma rentista, mais associada ao programa neoliberal, e uma produtivista, mais associada a um projeto de desenvolvimento com intervenção estatal. Os governos Lula teriam se posicionado acima das duas com base no apoio do que Singer chama de *subproletariado* - grosso modo, setores mais pauperizados da classe trabalhadora - ora dando ganhos a uma, ora dando ganhos a outra. A moderação de Lula, portanto, estaria associada a um determinado estado da correlação de forças na luta de classes na sociedade. Neste escopo, os governos Lula seriam marcados pelo que o autor chama de *reformismo fraco*⁷.

Outros autores trazem análises divergentes desta primeira representada por Singer. Armando Boito Jr., durante os governos Lula houve uma polarização entre dois blocos: de um lado, um bloco liderado por uma “burguesia interna”; de outro, um bloco liderado pelo capital internacional e seus aliados na burguesia local. Deste modo, os governos Lula teriam se mantido nos marcos do modelo econômico neoliberal, representando o projeto desta burguesia interna e implementando o que o autor considera um programa

⁶ SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

⁷ SINGER, André. Cutucando onças com Varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma (2011 - 2014). *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2015, n.102, pp.39-67. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.25091/s0101-3300201500020004>.

neodesenvolvimentista⁸. Já Plínio de Arruda Sampaio Jr. considera que a política desenvolvida nos governos Lula e também de Dilma estiveram vinculadas diretamente aos interesses do capitalismo neoliberal. O autor busca argumentar que a desindustrialização em curso no Brasil e o fortalecimento do agronegócio são as principais marcas dos governos petistas e reafirmam a posição de subdesenvolvimento do país⁹.

Diante de tamanha polêmica, a autora adota uma posição ponderada e crítica. De um lado, compreende a partir das próprias percepções de seus entrevistados e das opções políticas efetivadas naquele momento os limites das experiências dos governos liderados por Lula. Por outro, salienta os efeitos concretos para a vida da classe trabalhadora de políticas realizadas pelos mesmos governos, em especial na Assistência Social. Talvez nesta mesma contradição intrínseca aos governos Lula estejam as motivações profundas das percepções manifestas pelos trabalhadores fabris nas entrevistas realizadas: a melhora nas condições de vida combinada com o incômodo com as configurações políticas adotadas ao longo dos governos.

Para aprofundar ainda mais a compreensão destes fenômenos, uma contribuição importante está no livro “A Metamorfose”, do historiador Valter Pomar. O historiador analisa as mudanças nas elaborações de estratégia do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo da história do partido, considerando o período de defensiva estratégica vivida pela esquerda no âmbito internacional com a derrota de experiências socialistas e o fortalecimento do neoliberalismo no mundo e na América Latina. Ou seja, analisa as opções políticas que vão sendo adotadas pelo partido não apenas no governo, mas no contexto das lutas de classe mais amplas em curso no país e no mundo. O autor demonstra como a estratégia centrada na conciliação de classes vai ganhando força no partido, até atingir sua materialização mais acabada nos governos Lula e Dilma.

Transitando para o período mais recente, a autora situa o aprofundamento da adoção de medidas de caráter neoliberal particularmente após o golpe de 2016 e com a eleição do atual presidente, Jair Bolsonaro. A percepção dos entrevistados reflete a implementação deste programa no país, pois são nítidas as retiradas de direitos trabalhistas realizadas em nome de superar a situação de crise vivida pelo país. Se nos governos Lula há aspectos complexos e contraditórios a serem considerados, políticas pró-classe trabalhadora combinadas com

⁸ BOITO JR., Armando. Fratura em frente desenvolvimentista decretou queda de Dilma. Entrevista ao Jornal da UNICAMP, 2018 ([Fratura em frente neodesenvolvimentista decretou queda de Dilma, avalia Boito Jr. | Unicamp](#)).

⁹ SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Lula e Dilma: insuficientes ou desastrosos?. Correio da Cidadania, 2018 ([Lula e Dilma: insuficientes ou desastrosos? \(correiodadania.com.br\)](#)).

políticas pró-mercado, no governo Bolsonaro é pública e notória a opção por priorizar os interesses dos capitalistas.

Ao desenvolver o capítulo seguinte, Ana Laura Reis Rangel analisa a trajetória do desemprego no Brasil no período estudado. A opção pela construção da análise combinando a visão dos entrevistados sobre suas próprias experiências no mundo do trabalho articulada com dados socioeconômicos confere condições para apreender as dinâmicas sociais de modo mais aprofundado.

Assim, a autora desenvolve uma interpretação bastante nítida entre a trajetória da curva do desemprego e as condições de luta e reivindicação por parte da classe trabalhadora por direitos e melhores condições de trabalho e de vida. É interessante notar como foi possível construir esta interpretação em ligação direta com os discursos dos entrevistados: nos governos Lula, havia maior segurança para reivindicações e busca por novos direitos; já no governo Bolsonaro, os altos índices de desemprego, as mudanças na legislação e o fato de existir um governo voltado aos interesses patronais, geram um ambiente de maior intimidação para a luta da classe trabalhadora. Para além disso, a fragilização dos sindicatos fruto das políticas neoliberais e da defensiva da esquerda no âmbito global é um elemento estruturante da destruição de direitos sociais em curso no país, como bem evidenciado no trabalho.

Neste aspecto, do ponto de vista metodológico, o trabalho parece dedicar mais ênfase na comparação entre o período dos governos Lula e o período pós-golpe de 2016, com maior atenção para o governo Bolsonaro. Os governos Dilma são pouco citados e quando são analisados pela voz direta da autora ou pelos entrevistados possuem marcas distintas em relação aos governos Lula. Seria interessante explorar mais em trabalhos futuros esta distinção que pode ser definidora sobre a memória histórica da classe trabalhadora frente às experiências de governos petistas de conjunto.

Por fim, a autora incorpora as contribuições do sociólogo Ricardo Antunes e seus balanços em relação à conciliação de classes e ao padrão de comportamento das classes dominantes. Se durante os governos Lula e parte dos governos Dilma houve condições que permitiram a realização de políticas públicas que melhoraram as condições de vida do povo combinadas com políticas pró-mercado, após a crise de 2008 estas condições foram deixando de existir. Os capitalistas, portanto, deixaram paulatinamente de aceitar as compensações sociais conferidas pelos governos petistas e passaram a constituir maior unidade em torno do programa

neoliberal. Ou seja, a disposição dos capitalistas para a conciliação com interesses da classe trabalhadora deixou de existir, alterando significativamente o cenário político,

abrindo caminho para o golpe de 2016, a prisão política de Lula e a eleição de um governo de extrema-direita. Neste quadro, os desafios colocados atualmente para as defesas dos direitos sociais e trabalhistas são corretamente expostos pela autora.

Antes de finalizar, um último comentário sobre o conceito de classe social: ao dialogar com a voz dos trabalhadores fabris na construção de suas interpretações, a autora adota uma perspectiva abrangente sobre as classes sociais. As classes não são vistas como um mero dado objetivo constituído exclusivamente na base econômica, mas sim uma relação social complexa constituída historicamente também do ponto de vista subjetivo, conforme o historiador Edward Palmer Thompson discute em obra clássica¹⁰. Ao discutir as interpretações, experiências e memórias de trabalhadores, o processo histórico em questão pode ser visto com maior complexidade, o que foi realizado com plena capacidade analítica no trabalho.

Agradeço pela oportunidade de ler e discutir o trabalho aqui apresentado. Considero como uma potente contribuição para a reflexão sobre os dias que vivemos e a necessidade de engajamento para construção de outro futuro possível e que cumpre com os critérios para aprovação com louvor. Viva a classe trabalhadora!

BIBLIOGRAFIA

BOITO JR., Armando. Fratura em frente desenvolvimentista decretou queda de Dilma. Entrevista ao Jornal da UNICAMP, 2018 ([Fratura em frente neodesenvolvimentista decretou queda de Dilma, avalia Boito Jr. | Unicamp](#)).

GRAMSCI, Antonio. Poder, política e partido. Org. Emir Sader. Editora Expressão Popular, São Paulo.

LENIN, Vladimir Illich Ullianov. O Estado e a Revolução. Editora Expressão Popular, São Paulo.

RANGEL, Ana Laura Reis. Os impactos dos diferentes governos na vida dos trabalhadores fabris: de Lula a Bolsonaro. Trabalho de Conclusão de Curso, Taubaté, 2020.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Lula e Dilma: insuficientes ou desastrosos?. Correio da Cidadania, 2018 ([Lula e Dilma: insuficientes ou desastrosos? \(correiodacidade.com.br\)](http://lula_e_dilma_insuficientes_ou_desastrosos_correiodacidade.com.br)).

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

¹⁰ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. I - A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. Cutucando onças com Varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma (2011 - 2014). *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2015, n.102, pp.39-67. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.25091/s0101-3300201500020004>.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. I - A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

José Carlos de Oliveira

Taubaté, 30 de novembro de 2020.